

# FATOS E NOTAS

---

## O DESCOBRIMENTO DO BRASIL ATRAVÉS DOS TEXTOS.

(Edições críticas e comentadas).

---

### IV. — O “ESMERALDO DE SITU ORBIS” DE DUARTE PACHECO PEREIRA.

#### 1. Duarte Pacheco Pereira.

---

**JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO**

Professor de História da Civilização Ibérica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

#### a. — *Os antepassados.*

Duarte Pacheco Pereira pertenceu a uma família cujas origens, segundo certos autores, seriam muito longínquias. Os Pachecos descenderiam, com efeito, de um Lasius Suavius Paciecus que teria guerreado em Espanha (1). Outros genealogistas, menos temerários, remontam a um D. Fernando Geremias, oriundo da Galiza, e rico-homem de Afonso VI de Leão. A segunda mulher de D. Fernando Geremias, Dona Mayor Soares, fundou o mosteiro de Ferreira (2), perto de Lemos, na Galiza, e dêste casal nasceu um filho, Payo Fernandes, rico-homem de D. Afonso Henriques, o herói da batalha de Ourique e do cerco de Lisboa (3). Não é no entanto senão a partir da oitava geração que chegamos a terreno mais seguro com Diogo Lopes Pacheco (4), senhor de Ferreira de Aves, um

---

(1). — “*Esmeraldo de situ orbis*” de Duarte Pacheco Pereira, Edição comemorativa da descoberta da América por Cristovão Colombo no seu quarto centenário sob a direção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, Lisboa, 1892: ver a *Notícia Preliminar-Documentos*, p. XV.

(2). — *Ibidem*, ps. IV e XV.

(3). — *Ibidem*.

(4). — Seu pai foi Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves. Ver a seu respeito: a colecção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lis-

dos carrascos de Dona Inês de Castro, que foge para Castela, e entra ao serviço de Henrique II que lhe confia o govêrno de Bejar e o faz rico-homem e notário-maior do reino (5). Volta no entanto para Portugal pouco antes das lutas do Mestre de Aviz com Castela, e acaba por tomar partido pelo futuro D. João I de Portugal (6) que lhe concede a senhoria de Ferreira e o fêz entrar no seu Conselho (7). O seu filho mais velho, João Fernandes Pacheco (8), foi também personagem ilustre na época das lutas com Castela. Bateu-se em Aljubarrota e em Trancoso, torna-se guarda-mór de D. João

---

boa sob o título *Tôrre do Tombo* (Vol. III, p. 662) de Manuel Severim de Faria; os *Portugaliae Monumenta Historica*, volume que contem as genealogias; as *Crônicas dos Senhores Reis de Portugal* de Cristovão Rodrigues Acenheiro, Colecção de Inéditos de História Portuguesa, Tomo V, 2a. edição, Lisboa, 1926; as *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição de Carlos da Silva Tarouca, Vol. II, Lisboa, 1952, Capítulos LXI e LXVII; de Gomes Eanes de Zurara, a *Crônica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Lisboa, 1792, Cap. III do Livro I; a *Notícia Preliminar* (p. IV) de Azevedo Basto citada nas notas anteriores; do Visconde de Castilho, *Lisboa Antiga*, 2a. ed., 1936, Vol. V, ps. 237-243. Sobre Diogo Lopes Pacheco, ver: as *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. de Carlos da Silva Tarouca, Vol. II, Lisboa, 1952, Caps. LXVII e LXIX; Fernão Lopes na *Crônica de El-Rei Dom Fernando*, 3 Volumes, Lisboa, 1895, Vol. I, Cap. 1, Vol. II, Caps. LXVI, LXX, LXXI, LXXV, LXXVI, LXXX, LXXXII; e ainda do mesmo Fernão Lopes a *Crônica del-Rei Dom Pedro I*, Lisboa, 1760, em que o autor faz alusão à responsabilidade de Diogo Lopes Pacheco na morte de Dona Inês de Castro (Caps. XXXII, XXXIII, e XLVI).

- (5). — Ver a edição do *Esmeraldo* de Raphael Eduardo de Azevedo Basto acima citada, *Notícia Preliminar-Docmentos*, ps. IV e XV.
- (6). — *Ibidem.* Ver também Fernão Lopes, *Crônica de Dom João I*, Pôrto, 1945, Cap. CXVI do Vol. I. Nesta *Crônica*, Fernão Lopes alude ainda a Diogo Lopes Pacheco nos seguintes Capítulos: CXXXV, CXXXVI, CLIV, CLXI, CLXXVI, CLXXXII, CLXXXIV, CLXXXVI, CLXXXVII, do Vol. I, e também XXI, XXXVIII, XXXIX, XCVIII, do Vol. II.
- (7). — Fernão Lopes, *Crônica de D. João I*, Pôrto, 1945, Cap. CXVI do Vol. I.
- (8). — *Monumenta Henricina*, Vol. I, Coimbra, 1960, ps. 320-322 (documento de 21 de outubro de 1408-ANTT, Direitos Reais, liv. 2, fl. 251); Gaspar Barreiros, *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho, que fez ... o anno de MDXXXVJ começado na cidade de Badajoz em Castella, té a de Milam em Itália...*, impresso em Coimbra, em 1561, por João Alvarez, impressor da Universidade, fol. 39; Fernão Lopes, *Crônica de D. João I*, Pôrto, 1945, Cap. CXVI do Vol. I. Nesta *Crônica* Fernão Lopes faz ainda alusão a João Fernandes Pacheco nos seguintes Capítulos: CLXI, CLXV, CLXIX, CLXXXII, do Vol. I, e também nos Capítulos I, XIX, XX, XXXVIII, XXXIX, LXXV, C, CIV, CXXXIII, CXXXV, CLII, CLXVIII, CLXX, CLXXI, CLXXXV, do Vol. II. Ver ainda, Fernão Lopes, *Crônica del-Rei D. Fernando*, 3 Volumes, Lisboa, 1895, Vol. III, Cap. CLVI. Ver também a *Crônica do Condestabre de Portugal*, Coimbra, 1911, Cap. LV. Ver finalmente, a edição do *Esmeraldo* de Azevedo Basto citada nas notas anteriores, *Notícia Preliminar-Docmentos*, ps. IV e XVI. — Diogo Lopes Pacheco, além do filho legítimo João Fernandes Pacheco, teve ainda dois filhos bastardos: Lopo Fernandes Pacheco e Fernão Lopes Pacheco. Sobre Lopo Fernandes Pacheco, ver Fernão Lopes, *Crônica de Dom João I*, Pôrto, 1945, Cap. CXVI do Vol. I. Nesta *Crônica*, Fernão Lopes faz também alusão a Lopo Fernandes Pacheco nos seguintes Capítulos: CXVI, CLXI, CLXXXII, do Vol. I, e também nos Capítulos XXXVIII, e CLII do

I e alcaide-mór de Santarém, herdando extensos e numerosos domínios de seu pai. Um filho bastardo dêste, Gonçalo Pacheco que foi um dos criados do Infante D. Henrique, desempenhou as funções de tesoureiro-mór dos negócios de Ceuta (9). Por sua vez um filho dêste, João Pacheco (10), ao qual foi atribuída pelo rei, em 1455, uma bolsa de estudo (11), tomou parte, como guerreiro e navegador,

Vol. II. Ver também a edição do *Esmeraldo* de Azevedo Basto já citada, *Notícia Preliminar-Documentos*, p. XVI. Sobre Fernão Lopes Pacheco, ver o Cap. CXVI do Vol. I da *Crónica de Dom João I* de Fernão Lopes, e a p. XVI da edição do *Esmeraldo* de Azevedo Basto, *Notícia Preliminar-Documentos*.

- (9). — Ver *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos publicados por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Pedro de Azevedo* (Tomo I: 1415-1450), Lisboa, 1915 (ver nas ps. 43-44: documento da Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 76; ps. 122-123: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 9; ps. 138-139: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 102; ps. 163-168: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 147 v. O mesmo documento no Livro 10 de Extremadura, fl. 104v.; ps. 168-172: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 147. O mesmo documento no Livro 10 de Extremadura, fl. 102v.; ps. 331-339: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 83v.; ps. 412-416: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 162v.; ps. 556-560: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 17v.). Ver também no Tomo II ((1450-1456) desta mesma colectânea, de Lisboa, 1934 (ps. 290-293: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 172v.; ps. 299-301: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 83; ps. 342-364: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 78; p. 209: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 46v.; ps. 247-248: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 150; p. 283: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 60v.; ps. 290-293: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 172v.; ps. 295-296: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 137v.; ps. 296-297: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 30v.; ps. 299-301: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 83; ps. 342-364: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 78; ps. 669-709: Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 82). Ver também *Descobrimientos Portuguezes (Documentos para a sua história publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques*, Lisboa, 1944) onde podemos ver, no Vol. I, ps. 522-523, o documento da Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 150, 3º dipl.. Ver ainda, no *Suplemento ao Volume I* desta mesma colectânea, ps. 348-356, o documento da Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 82. Ver em Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos de Guiné*, Cap. XXXVII, e *Crónica do Conde Dom Duarte de Menezes*, Lisboa, 1793, Cap. XLVI. Ver em João de Barros, *Asia*, Década I, L. I, Cap. XI. Ver a colecção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa com o título *Torre do Tombo* (Vol. III, p. 661v.) de Manuel Severim de Faria. Ver Sousa Viterbo: *Trabalhos Náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1898, 1ª. Parte, p. 241. Ver finalmente, a edição do *Esmeraldo* de Azevedo Basto, já citada, *Notícia Preliminar-Documentos*, ps. IV, V, e XVI.
- (10). — Ver os trabalhos genealógicos de Rangel de Macedo na Colecção Pomballina. Ver a colecção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa sob o título *Torre do Tombo* (Vol. III, ps. 661v. e 662v.) de Manuel Severim de Faria. Ver também João de Barros, *Asia*, Década I, L. VII, Cap. 2. Ver finalmente, a edição do *Esmeraldo* de Azevedo Basto, já citada, *Notícia Preliminar-Documentos*, ps. V e XVI-XVII.
- (11). — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, L. 15, fls. 30v.: "Dom afonso per graça de deus etcª A quantos esta carta virem fazemos saber que nos queremdo fazer graça e mercee a Johã pacheco filho de gonçalo pacheco tesoureiro moor de nossas cousas de cepta

numa expedição contra os turcos no Oriente, tendo acabado por morrer em Tânger combatendo os mouros. Do seu casamento com Isabel Pereira nasceu Duarte Pacheco Pereira (12).

b. — *O lugar de nascimento.*

Segundo o seu próprio testemunho, Duarte Pacheco Pereira nasceu em Lisboa. No Livro I, Capítulo 23º, do *Esmeraldo*, lemos:

“Da provincia da Lusitânia dos reinos de Portugal, onde é situada a muito antiga e excelente cidade de Lisboa, metropolitana de nossa pátria, donde nós Duarte Pacheco, autor, somos natural,...”.

Lemos igualmente, no Livro IV, Capítulo 4º:

“... e já temos escrito, nos vinte e três capítulos do primeiro livro, que partindo a frota da excelente cidade de Lixboa, donde nós, Duarte Pacheco, autor, somos natural,...” (13).

\*

Teemos por bem E damos lhe que tenha E aja de Nos des primeiro dia de Janeiro que foy desta presente era de iiii E L b en diamte emquanto nossa mercee for quatro mjl e oytogemtos rreaes brancos em cada huu anno de sseu mantimento pera o estudo os quaees djnheiros lhe Mandaremos asseentar em lugar onde delles auera muy bõ pagamento Nos quartees per nossa carta que lhe dello em cada huu anno sera dada Em a nosa fazenda E por Remenbrança dello lhe mandamos dar Esta nosa carta asijnada per nos E asseellada do nosso sseello pendemte pera ter pera sua guarda dada em lixboa xvj dias de julho gonçalo Cardoso ha ffez anno do senhor jhesu christo de mjl iiii E L b”.

- (12). — Sobre os antepassados de Duarte Pacheco Pereira, podemos ler breves resumos, em: Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 231. (Este mesmo estudo foi publicado mais tarde nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II); Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, ps. 7-8; Damião Peres, *Introdução à edição do Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguêsa da História*, Lisboa, 1954-1955, p. XIV.
- (13). — Todas as citações de passos do *Esmeraldo* provêm da nossa edição, no prelo: “*Esmeraldo de situ orbis*” de Duarte Pacheco Pereira (*Édition critique et commentée*). — A propósito do lugar de nascimento de Duarte Pacheco Pereira nem sempre foi tida em conta a lição dos passos acima transcritos. Diogo Barbosa Machado, em 1471, quando da 1ª edição do 1º Volume da sua *Biblioteca Lusitana*, declarou que Duarte Pacheco Pereira era natural de Santarém (ver Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2a. edição, Lisboa, 1930, Tomo I, p. 721). Este erro foi retomado por Ferdinand Denis, Inocência Francisco da Silva, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, nas seguintes obras: *Atlas historique et chronologique des littératures anciennes et modernes, des sciences et des arts, d’après la méthode et sur le plan de l’Atlas de A. Lesage (comte de Las Cases) et propre à former le complément de cet ouvrage, par A. Jarry de Mancy...* (avec la collaboration de F. Denis et E. Héreau), Paris, 1831-1835; *Dicionário Bibliográfico Português*, p. 212; *Portugal* (Dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico), Lisboa, 1911, Vol. V. — Raphael Eduardo de Azevedo Basto na sua *Notícia Preliminar à edição do Esmeraldo* de 1892 (p. V), corrige o erro de Diogo Barbosa Machado, e a partir desse momento quase todos os autores, quando abordam este assunto, tomam como base os passos do *Esmeraldo* acima cita-

c. — *A data de nascimento.*

Não podemos infelizmente determinar com tanta segurança a data do seu nascimento. Raphael Eduardo de Azevedo Basto (14) supõe que êle deve ter nascido pouco depois de meados do século XV, tendo em vista um passo do Prólogo do Livro II do *Esmeraldo*, em que Duarte Pacheco Pereira declara ter participado na tomada de Arzila em 1471. Gama Barros (15) afirma também que Duarte Pacheco Pereira foi contemporâneo de D. Afonso V, e teria mesmo, muito provavelmente, participado na tomada de Arzila em 1471. Luciano Pereira da Silva (16) afirma ter êle nascido pouco depois de meados do século XV. Robert Ricard (17) é mais prudente, afirmando que não se conhece nem a data do seu nascimento nem a sua morte. Duarte Leite (18) supõe-o nascido antes de meados do século XV, tendo participado em 1458, ainda adolescente, na conquista de Alcácer-Ceguer, assim como nas de Arzila e Tânger em 1471. Para Armando Cortesão (19) teria êle sido companheiro de D. Afonso V, tomando parte, ao que parece, na tomada de Arzila em 1471. George H. T. Kimble (20) pensa que êle deve ter nascido por meados do século XV, com base no passo mencionado sobre a tomada de Arzila em 1471, na qual Duarte Pacheco, segundo as suas próprias palavras, teria participado. Finalmente, Damião Pe-

- tados: Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. I, Pôrto, 1921, p. 231 (Ver este mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II); Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, p. 8; George H. T. Kimble, *Esmeraldo de situ orbis by Duarte Pacheco Pereira*, London, 1937, Introduction, p. XIII; Vieira de Almeida, *Decadência do Império Português no Oriente*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, Lisboa, 1939, p. 298; Vieira de Almeida, *Homens da Índia de Quinhentos*, Lisboa, 1955, p. 90; Damião Peres, *Introdução à edição do Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1954-1955, p. XIV.
- (14). — *Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira*, Edição comemorativa da descoberta da América por Cristóvão Colombo no seu quarto centenário sob a direcção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, Lisboa, 1892, *Notícia Preliminar*, p. V.
- (15). — Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, 1896, Tomo II, Nota 4, p. 293.
- (16). — Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 231. Ver este mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II.
- (17). — Robert Ricard, *La Côte Atlantique du Maroc au début du XVIIe. siècle d'après des instructions nautiques portugaises*, in *Hespéris*, 1927-2e. Trimestre, p. 229.
- (18). — Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, p. 8.
- (19). — Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935, Vol. II, p. 107.
- (20). — George H. T. Kimble, *Esmeraldo de situ orbis by Duarte Pacheco Pereira*. London, 1937, Introduction, p. XIII.

rês (21) é da opinião de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, admitindo que Duarte Pacheco Pereira teria nascido pouco depois de meados do século XV; acrescenta no entanto que êle não deve ter nascido nos primeiros anos da segunda metade do século, porque ainda em 1455 o rei concedia a seu pai, João Pacheco, uma importante bôlsa de estudo a propósito da qual se diz que ela lhe teria sido concedida *sendo moço*. Segundo Damião Peres, Duarte Pacheco seria ainda adolescente quando fêz, em Arzila e em Tânger, o seu aprendizado na guerra (22). Como veremos, quer se trate da opinião de George H. T. Kimble, por meados do século XV, ou antes de meados do século, como quer Duarte Leite, ou depois de meados do século, segundo a opinião de todos os outros que seguem neste ponto Raphael Eduardo de Azevedo Basto, um só ponto é comum a todos, o passo do *Esmeraldo* em que se alude à tomada de Arzila em 1471.

Vejamos êste passo, do Prólogo do Livro II:

“... e este virtuoso príncipe por serviço de Deos passou em pessoa além do mar em África com grande frota e gente, onde por força d'armas tomou aos Mouros a vila de Alcacer Ciguer no ano de nosso Senhor de 1458 em dezanove dias do mês d'oitubro, e depois no ano de 1471 anos em vinte e quatro dias do mês de agosto tomou aos mesmos Mouros per força d'armas a vila d'Arzila, na qual grande mortandade de Mouros foi feita; e com este medo tôdolos moradores da muito antiga e forte cidade de Tânger fugiram e a deixaram só; e este exçilente Príncipe a mandou tomar e povorar; as quais cousas todas vímos com outros muitos grandes feitos que é escusado escrever em tão baixo estilo de tão alto Príncipe;...”

Vamos supor inicialmente que não há nenhuma dificuldade, nem com o sentido do verbo *ver*, nem com o emprêgo da primeira pessoa do plural dêste verbo. Suponhamos que *ver* é empregado num sentido estrito, isto é, *ver* igual a *ver*, e que a primeira pessoa do plural é empregada com o sentido da primeira pessoa do singular, isto é, *vímos* igual a *vi*.

Com esta base, vejamos a que conclusões podemos chegar.

Uma rápida análise do passo do *Esmeraldo* mostra-nos que Duarte Pacheco não diz apenas que esteve em Arzila, em 1471, segundo a interpretação de Raphael Eduardo de Azevedo Basto e de

(21) . — Damião Peres, *Introdução à edição do Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira* da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954-1955, ps. XIV-XV.

(22) . — Vieira de Almeida fala da eventual participação de Duarte Pacheco Pereira na tomada de Alcácer Ceguer e na tomada de Arzila, sem chegar a nenhuma conclusão. Ver: *Decadência do Império Português no Oriente*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, Lisboa, 1939, ps. 298-299, e *Homens da Índia de Quinhentos*, Lisboa, 1955, ps. 90-92.

quase todos os autores que lhe são posteriores. Tomadas literalmente, as palavras de Duarte Pacheco Pereira não deixam dúvidas:

... as quais cousas todas vimos com outros muitos grandes feitos....

Ora, se êle viu tôdas estas coisas, viu obrigatòriamente a tomada de Alcácer-Ceguer em 1458, antes de ter visto as de Arzila e Tânger em 1471. Porque razão os autores atrás citados consideraram que êle não teria visto senão a tomada de Arzila em 1471? Talvez porque, tendo a de Alcácer-Ceguer tido lugar em 1458, seriam obrigados a recuar a data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira uma quinzena de anos, pelo menos, anteriormente a 1458, o que a transportaria para 1442 ou 1443. Ora êste raciocínio tornaria a sua vida não sòmente excepcionalmente longa, mas também seria preciso admitir um Duarte Pacheco Pereira combatendo na Índia, onde esteve em 1503, 1504, 1505 (23), com 60 anos ou mesmo um pouco mais, o que, tendo em conta as façanhas invulgares descritas por Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, e Damião de Góis, parece incompatível com uma idade tão avançada. Ser-nos-ia também necessário admitir um Duarte Pacheco Pereira governador em São Jorge da Mina, onde se encontrava entre 1519 e 1522 (24), com 78 ou 80 anos, o que não é menos inverosímil. Estas razões parecem-nos suficientemente fortes para nós fazer duvidar da sua participação em 1458 na tomada de Alcácer-Ceguer. Mas por outro lado, se tomamos em conta o passo citado do *Esmeraldo*, seremos igualmente obrigados a duvidar da sua participação na tomada de Arzila em 1471. A menos que, segundo uma sintaxe que não é a dos nossos tempos, mas a do século XVI, o verbo *ver* se ligue apenas aos dois fatos mais próximos — as tomadas de Arzila e de Tânger —, e não atinja o mais afastado, a tomada de Alcácer-Ceguer. Segundo as regras da actual sintaxe, se excluimos Alcácer-Ceguer, ser-nos-há também preciso excluir Arzila e Tânger. Dos autores atrás citados, só Duarte Leite admite que o nascimento de Duarte Pacheco tenha sido antes de meados do século XV; é, assim, Duarte Leite o único a ter interpretado literalmente o passo do *Esmeraldo*, ou se quizermos, seguindo as regras da sintaxe moderna. Mas a consequência desta interpretação já nós conhecemos: Duarte Pacheco Pereira teria combatido na Índia com 60 ou mais de 60 anos, e teria sido governador de São Jorge da Mina com 78 ou 80 anos.

(23). — Ver, nesta biografia, o parágrafo sobre *A viagem e a estadia na Índia*.

(24). — *Ibidem*, *Governador em São Jorge da Mina*.

Além desta dificuldade na interpretação do passo citado do *Esmeraldo*, podemos pensar ainda em duas outras: a primeira diz respeito ao sentido do verbo *ver*; a segunda diz respeito ao emprêgo da primeira pessoa do plural. Será que *ver* neste passo significa estritamente *ver*, ou poderemos substituir *ver* por *saber*? Será que a primeira pessoa do plural *vimos* é igual a *nós...*, *os portugueses, vimos...*, ou a *eu, Duarte Pacheco Pereira, vi*? Vejamos a primeira hipótese: substituamos na última parte do passo do *Esmeraldo* o verbo *ver* pelo verbo *saber*. Teríamos assim:

... as quais cousas tôdas soubemos com outros muitos grandes feitos....

Se esta hipótese fosse válida, o passo em questão tornar-se-ia inútil para a determinação da data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira. Procurámos em todo o texto do *Esmeraldo* os empregos do verbo *ver*. Encontrámos 38 empregos dêste verbo. Vinte e oito dêstes emprêgos dão-nos o verbo *ver* utilizado num sentido estrito: com o significado, sem dúvida, de *ver* (25). Três vêzes o verbo *ver*

- (25). — "... e acontecendo caso que algum homem esté debaixo da equinocial, que a tenha por zéniqui de sua cabeça, verá os ditos polos que ambos igualmente tocam o ourizom..." (Livro I, Capítulo 8).
- "... ourizom é onde nos parece que se o céu ajunta com o mar ou com a terra; e este se chama detriminador de nossa vista, porque dali pera além não podemos mais ver nada;..." (L. I, Cap. 8).
- "... assi que quem chegar a termo que tenha a equinocial por seu zéniqui, verá ambos os polos que igualmente tocam o ourizom, como acima é dito;..." (L. I, Cap. 8).
- "... Se estiveres em lugar que a linha equinocial esteje entre ti e o sol, ora seja para um polo ora para outro, vê primeiro por as tábuas das decrinações quantos graos tem o sol de dicrinação naquele dia,..." (L. I, Cap. 10).
- "... haver mester quanta parte de maré é cheia ou vazia, posto que a não veja encher nem vazar" (L. I, Cap. 11).
- "... e este é o movimento que a lua faz em cada mês, que craramente ante nossos olhos vemos" (L. I, Cap. 11).
- "... Se algum navio partir d'Arzila e quiser ir pera Larache, fazendo de noite escuro que não veja a terra, tanto que fôr ua grande légua em mar do arrecife, fará o caminho do su-sudoeste e dobrará a ponta das Barrocas..." (L. I, Cap. 15).
- "... e quanto serviço fez a Deos este bemaaventurado Rei, quanta honra ganhou nesta batalha, na defensão de seu Santo nome e dos reinos de Castela, na sua crónica se pode bem ver;..." (L. I, Cap. 16).
- "... e destas tábuas cinco delas carregam um grande camelo, e é muito bom e alvo, e eu o vi em Lisboa na casa da Mina, onde se fazem os tratos de Guiné, o qual a'li trouveram d'Arguim;..." (L. I, Cap. 25).
- "... e duzentas léguas além deste reino de Mandinga está ua comarca de terra onde há muito ouro, a qual chamam Tom, e os moradores desta provincia têm rostro e dentes como cães e rabos como de cão e são negros e de esquiva conversação, que não querem ver outros homens;..." (L. I, Cap. 29).
- "... e como isto é acabado, vem seu dono do escravo e vê aquela cova que fez o rostro de cão,..." (L. I, Cap. 29).

- "... e eu falei com homens que isto viram,..." (L. I, Cap. 29).
- "... E muitos cuidam que este nome de serra Lioa lhe foi posto por aqui haver líões, e isto é falso, porque Pero de Sintra, um cavaleiro do Infante Dom Henrique, que por seu mandado esta serra descobriu, por ver ua terra tão áspera e brava, lhe pôs nome Lioa,..." (L. I, Cap. 33).
- "... e na demonstração e pintura aqui posta se verá a feição desta terra" (L. II, Cap. 1).
- "... e a boca deste rio é muito pequena, e não se pode ver senão quem estiver de dentro de ua enseada que se ali faz;..." (L. II, Cap. 2).
- "... Lícito é a nós dizer as cousas desta Etiópia, pois as vimos, as quais primeiro que as praticássemos, pelo que se lia delas em alguns escritores, nos eram graves de crer;..." (L. II, Cap. 6).
- "... o cabo do Corço, o qual faz de si um rostro redondo, que tem ua só árvore sobre si, e esta se não vê senão estando perto de terra..." (L. II, Cap. 6).
- "... nem por isso leixaremos de dizer o segundo agravo que cabe no compor desta obra àcerca do que nestas terras vimos, que sem muita fadiga se não pode leixar de fazer;..." (L. II, Cap. 8).
- "... e portanto convém que sigamos a ordem desta costa e das cousas que dentro nos rios vão, testemunhando o que vimos, e o nosso testemunho é verdadeiro" (L. II, Cap. 8).
- "... Três são as cousas principais que se devem olhar na descrição da terra, primeiramente os sinais e feição da costa, pera se haver de conhecer; e não se conhecendo pola primeira, pola segunda parte se tirarão de dúvida, s. veja como se corre a costa e lugar em cuja busca fôr, se norte e sul, se leste e oeste, ou nordeste e sudoeste; porque, se tal fôr o rumo da terra em que então se topa como o daquela que vai buscar, toda deve de ser ua terra;..." (L. II, Cap. 10).
- "... e quando por isto não fôr conhecida, veja se os graos da ladeza em que se topar, quer sejam além da equinocial quer aquém, se são conformes assi do lugar em que estiver como daquele em cuja busca fôr;..." (L. II, Cap. 10).
- "... e vendo Manicongo e os fidalgos e outra gente a missa e todo o outro officio divino, foram todos muito contentes,..." (L. III, Cap. 2).
- "... e esta terra é muito baixa e má de conhecer, mas quem quiser haver conhecimento dela, veja como se aparta da linha equinocial dezasseis graos e dous terços, contra o polo antártico, e esta é a melhor conhecida que tem" (L. III, Cap. 3).
- "... Não sem muita razão se pôs nome a este promontório "cabo de Boa Esperança", porque Bertolomeu Dias, que o descobriu por mandado d'el-Rei Dom João que Deos tem, no ano de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e oitenta e oito anos, vendo que esta costa e ribeira do mar voltava dall em diante ao norte e ao nordeste, cuja rota fazia caminho da Etiópia sob-Egipto e dall pera o sino Arábico, onde se mostrava e se esperava haver-se de descobrir a índia, por esta causa lhe pôs nome cabo de Boa Esperança,..." (L. III, Cap. 7).
- "... esta é a circunferência de tóda Africa, segundo se poderá ver na pintura do mapa mundi e tábua geral que adiante do dito quinto capítulo está;..." (L. III, Cap. 7).
- "... Além da ponta do Infante vinte léguas parece um cabo que se chama o cabo das Vacas, e este nome lhe puseram por o muito gado vacum que ali viram;..." (L. III, Cap. 8).
- "... no segundo capítulo seguinte diremos a maneira que se teve na primeira armada, quando mandou descobrir a incógnita Etiópia sob-Egipto e os muito alongados reinos de índia, das quais regiões e terras as cousas são mais doces d'ouvir que de navegar; e bem se mostrou a esfera que tomou por divisa, que aqui pusemos, ser ua profecia do que vimos, por onde parece que Sua Alteza alcançou o fim desejado;..." (L. IV, Prólogo).
- "... e cumpre que na hora que virem algum relâmpago ou fuzil ou vul-

é empregado num sentido que não é estrito, e em que significa *saber* em lugar de *ver* (26). E ainda podemos ler três passos em que o verbo *ver* é empregado com o verbo *saber*, de tal maneira que podemos concluir que Duarte Pacheco Pereira tinha justamente a preocupação de os distinguir:

“E além do que dito é, a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de toda dúvida nos tira; e portanto, bemaventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental,...” (L. I, Cap. 2).

“... que de ua parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela;... (... ua tão grande terra firme,...)” (L. I, Cap. 2).

“... tomando a altura do sol, veja primeiro quantos graos de dicriinação o sol tem naquele dia, e sabidos os graos da dita decriinação tirá-los-hão dos graos que então o sol subio,...” (L. I, Cap. 10).

Enfim, os quatro empregos do verbo *ver* que nos faltam podem encontrar-se no Prólogo do Livro II: três no começo do Prólogo, e o quarto, aquêle que mais nos interessa, na parte final. Quanto aos três primeiros, podemos desde já estar certos de que pelo menos o último não significa estritamente *ver* com os olhos. Vejamos as primeiras linhas dêste Prólogo do Livro II:

“Enquanto nossas memórias têm lembrança do que em nosso tempo vímos passar, pera verdadeiramente podermos dizer o que por muitas vezes vímos, em muita reprensão cairíamos, se per nós não fosse dito; porque em tanto são vivos aqueles que por imortal glória devem viver, enquanto o saber de seus grandes feitos dura, e segundo as obras que os tais príncipes fizeram, assi fica sua fama dina de louvor; e como quer que esta regra a todos é geral e principalmente áqueles que por seus merecimentos suas cousas devemos notar, portanto não é para esquecer o sereníssimo príncipe, el-Rei

---

cão negro, amainem suas velas até passar a força do tal vento, porque se isto não fizerem, cousa é que pode acontecer, a nao em que topar, se perder, como já por mau recado se perderam outras” (L. IV, Cap. 5).

(26). — “... o seu entender e singular engenho, em nossos dias se não vio outro que quisesse parecer igual a ele (D. João II)...” (L. III, Prólogo).

— “... também diz Plínio no seu segundo livro da *Natural História*, capítulo sassenta e nove, no qual alega Celio e Antipatro, e assi Cornelio Nepote diz, que estes viram quem de Espanha navegou em Etiópia e Guiné por fazer mercadoria, havendo isto por cousa muito de notar;...” (L. III, Cap. 1).

— “Os grandes feitos se não podem esconder, porque manifestamente são vistos de todos, e o louvor que neles cabe, por obrigação se deve dizer, porque não fiquem em esquecimento;...” (L. IV, Cap. 3).

Dom Afonso o quinto de Portugal, que Deos tem, como é certo e temos visto que foi excelente barão e de maugnânimo coração e ganhou tal imortalidade, por onde sua clara fama prepétuamente deve durar;...”.

Sabemos por outro lado que Duarte Pacheco Pereira emprega muitas vêzes o verbo *saber* no texto do *Esmeraldo*: 126 vêzes encontrámo-lo nós (27), o que nos poderia levar a crer que êle não teria tido necessidade de empregar *ver* em vêz de *saber*. E tanto mais quanto em muitos casos, em empregos do verbo *saber*, poderíamos, sem modificar o sentido, escrever *ver* (28).

- (27). — Ver os empregos do verbo *saber* nos Livros e Capítulos seguintes: Prólogo (13 empregos); L. I, Cap. 2 (5 empregos); L. I, Cap. 3; L. I, Cap. 4 (2 empregos); L. I, Cap. 5 (3 empregos); L. I, Cap. 6; L. I, Cap. 8 (4 empregos); L. I, Cap. 9 (3 empregos); L. I, Cap. 10 (4 empregos); L. I, Cap. 11 (9 empregos); L. I, Cap. 12 (8 empregos); L. I, Cap. 13 (2 empregos); L. I, Cap. 14; L. I, Cap. 21 (2 empregos); L. I, Cap. 22 (6 empregos); L. I, Cap. 23 (2 empregos); L. I, Cap. 25 (3 empregos); L. I, Cap. 26; L. I, Cap. 27 (3 empregos); L. I, Cap. 31; L. I, Cap. 32 (2 empregos); L. II, Cap. 1; L. II, Cap. 3; L. II, Cap. 4 (6 empregos); L. II, Cap. 5; L. II, Cap. 8; L. II, Cap. 9 (2 empregos); L. II, Cap. 10 (2 empregos); L. II, Cap. 11 (4 empregos); L. III, Prólogo (4 empregos); L. III, Cap. 1 (3 empregos); L. III, Cap. 2 (4 empregos); L. III, Cap. 4 (3 empregos); L. III, Cap. 6 (2 empregos); L. III, Cap. 7; L. III, Cap. 8; L. III, Cap. 9 (4 empregos); L. IV, Prólogo; L. IV, Cap. 1 (3 empregos); L. IV, Cap. 2 (2 empregos); L. IV, Cap. 3; L. IV, Cap. 4 (2 empregos); L. IV, Cap. 5.
- (28). — “E porquanto os antigos escritores, de cujas obras recebemos doutrina, trataram do descobrimento da redondeza da terra e do mar, em que tiveram desvalradas oupinhões, e o presente tempo contém em si esta matéria, portanto Vossa Alteza saberá que Marco Estrabão Capadócio, muito antigo autor e de grande autoridade, quase no meio do seu primeiro livro da *Cosmografia*, diz:...” (Prólogo).
- “... e mais adiante per vosso mandado foi descoberto tão grande caminho e mar até se saber a grande provincia de Mabaar que “India baixa” se chama,...” (Prólogo).
- “... onde são sabidas muntas e grandes cidades e notáveis povoações...” (Prólogo).
- “... e assim as alturas de cada um dos polos, por onde se pode saber quantos graos se cada lugar aparta em ladeza da equinocial...” (Prólogo).
- “Das alagoas do rio Nilo de que neste capítulo acima falámos, temos sabido que delas um grande braço corre per meio da Etiópia Inferior contra occidente,...” (L. I, Cap. 5).
- “... o outro braço, que contra setentirião corre, temos sabido que no mar egipciaco vezinho do arcepélago com quatro bocas agora nele entra;...” (L. I, Cap. 5).
- “Como é cousa proveitosa saber-se donde se devem contar os graos da ladeza e da longura do orbe” (L. I, Cap. 6).
- “E porque as alturas dos polos tomadas pelos graos do sol é cousa muito necessária para se saber a ladeza e distância em que alguns lugares estão do circulo da equinocial contra o polo ártico e assi o antrático,...” (L. I, Cap. 9).
- “... mas é necessário a qualquer que isto quiser entender, que saiba primeiramente quantos graos e minutos o sol tem cada dia de dicriinação e se aparta em ladeza da equinocial contra cada um dos trópicos;...” (L. I, Cap. 9).

Tendo tudo isto em conta, a nossa dúvida mantém-se. Sabemos que dos 38 empregos do verbo *ver* no *Esmeraldo*, em 28 empregos êle tem o sentido preciso de *ver* com os olhos, e em 3 aparece ligado ao verbo *saber*, sendo nestes 3 passos bem clara a distinção entre *ver* com os olhos e *saber* por informações. Sabemos ainda que o verbo *saber* é empregado 126 vezes, das quais, pelo menos em 25 casos, poderíamos substituir *saber* por *ver* sem por isso o sentido se alterar. Tudo isto poderia levar-nos a apoiar a hipótese segundo a qual o *vimos* do passo em questão equivaleria a *vimos* com os olhos, e não a *soubemos*. Mas por outro lado, não devemos nem podemos esque-

- 
- "... e isto sabido, e assim o tempo em que se ha d'ajuntar a declinação do sol com os graos que subir em sua altura,..." (L. I, Cap. 9).
  - "Necessário é a quem quiser entender esta nossa obra, que saiba os meses em que se o sol move da equinocial pera o trópico de Câncer e assi o de Capricórnio, segundo atrás é dito no capitulo nove,..." (L. I, Cap. 10).
  - "... porque sabendo o tempo em que o sol corre para ua parte ou pera outra, e assi as declinações dela e as deferenças das sombras que faz segundo o mês em que é aquém ou além da equinocial, assi entenderá esta obra" (L. I, Cap. 10).
  - "... e porque esta nossa obra tomou principio da boca do estreito oucidental, donde Plínio e Pompónio Mela e outros autores começaram escrever sua cosmografia, por nós seguirmos sua ordem, trouvemos alli nosso caminho e rotas até a angra dos Ruivos, quase todo ao longo da costa sòmente, para se saber como toda vem continuada e em ordem;..." (L. I, Cap. 23).
  - "... portanto conven que agora escrevamos diretamente as rotas e caminho que desta excelente cidade em tôdolos meses do ano pera as Etiópias costumamos fazer, por que se saiba como em mais breve tempo esta navegação se faz do que se fará seguindo a costa e ribeira do mar, vindo do dito estreito, como detrás vem ordenado" (L. I, Cap. 23).
  - "... e o trato desta terra é grande, e assi temos sabido que dos lugares sobreditos, onde se fazem grandes feiras, antre as quais ua delas é a de Coro, que em cada um ano desta terra se tira um conto de ducados d'ouro..." (L. I, Cap. 27).
  - "... e porquanto até 'gora não temos prática nem comércio deste rio de Santo André, não curo dele mais escrever, sòmente temos sabido que é terra de muita pavoração,..." (L. II, Cap. 4).
  - "... e toda esta costa é limpa e de bom fundo até o cabo das Três Pontas e até 'agora não temos sabido que aqui haja comércio de nehua cousa" (L. II, Cap. 4).
  - "... e aqui não temos sabido o comércio que nesta terra pode haver,..." (L. II, Cap. 4).
  - "... sòmente sabido temos da muita abastança de gente que aqui há" (L. II, Cap. 4).
  - "... a serra Bota, e posto que esta terra seja assaz povorada, nela até 'gora não temos sabido nenhum comércio" (L. II, Cap. 10).
  - "... e temos sabido que neste lugar em tôdolos dias do ano é igual o dia da noite, e se algua deferença tem, é tão pouca que quase se não sente ;..." (L. II, Cap. 11).
  - "... e agora é para saber se todos são da geração d'Adão" (L. II, Cap. 11).
  - "... nesta terra se resgatam alguns escravos em pouca quantidade, e até 'gora não sabemos que aqui haja outra mercadoria" (L. III, Cap. 2).
  - "... e pois temos sabido que disto se não tirou outro bem, salvo muita despesa e ficar um largo caminho aberto para se descobrir a Índia,..." (L. III, Cap. 9).

cer-nos de que existem 3 empregos do verbo *ver* em que é mais legítimo identificá-lo a *saber* do que a *ver*. São 3 excepções que nos levam a perguntar porque não poderia passar-se exatamente a mesma coisa com o passo em questão? Talvez as coisas se passem exatamente assim, como vamos ver.

No mesmo Prólogo do Livro II, antes do passo em questão, Duarte Pacheco Pereira emprega, como já vímos, três vêzes o verbo *ver*. O último emprêgo, a propósito de D. Afonso V, não nos deixa, sôbre o seu sentido, nenhuma dúvida, isto é, o verbo *ver* não significa estritamente *ver* com os olhos:

“... como é certo e temos visto que foi excelente barão e de maugnânimo coração e ganhou tal imortalidade, por onde sua clara fama prepétuamente deve durar;...”.

Seríamos pois forçados a admitir como hipótese bem provável que no passo

*... as quais cousas tôdas vímos com outros muitos grandes feitos...*

o *vimos* poderia ser substituído por *soubemos*, e nesse caso este passo de nada nos serviria para chegar ao estabelecimento da data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira. Dada a nossa dúvida perante esta primeira dificuldade que levanta a interpretação do passo em questão, abtemo-nos, como tratando-se de algo de inútil, de discutir o problema de saber se Duarte Pacheco Pereira escreveu

*vimos por nós, ..., os portugueses, vímos, ou vimos por eu, ..., Duarte Pacheco Pereira, vi.*

Carlos Coimbra (29), quando se ocupa de um passo enigmático do texto do *Esmeraldo*, em que se menciona uma viagem ao con-

---

— “... o nosso César Manuel, inventivo e excelente barão, mandou Vasco da Gama, comendador da ordem de Santiago e cortesão de sua Corte, por capitão de suas naos e gente, a descobrir e saber aqueles mares e terras com que nos Antigos punham tão grande medo e espanto;...” (L. IV, Cap. 1).

Além destes 25 empregos do verbo *saber*, em que não nos espantaria encontrar no seu lugar o verbo *ver*, podemos encontrar ainda outros passos em que, ainda que menos claramente, o verbo *saber* pode ser substituído pelo verbo *ver*: Prólogo (2 vezes); L. I, Cap. 2; L. I, Cap. 10; L. I, Cap. 12; (2 vezes); L. II, Cap. 5; L. II, Cap. 9; L. III, Cap. 4; (3 vezes); L. III, Cap. 7; L. IV, Cap. 2; (2 vezes).

(29). — Carlos Coimbra, *Duarte Pacheco Pereira e a viagem de 1498*, in “Publicações do Congresso do Mundo Português, IIIº Volume, Secção dos descobrimentos marítimos das Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História dos Descobrimientos e Colonização”, Tomo I, Lisboa, 1940, ps. 357-372.

tinente americano em 1498, afinal o assunto fundamental desta IV Parte dêste estudo, refere os empregos do verbo *ver* no *Esmeraldo*, e a êste propósito alude nalgumas linhas ao passo que nos interessa. Carlos Coimbra diz que o verbo *ver* é empregado no *Esmeraldo* com significações variadas. Algumas vêzes o autor quer dizer que *viu êle próprio* aquilo sôbre que escreve, outras vêzes não pretende mais do que relatar os fatos que lhe são contemporâneos, ou contemporâneos dos seus leitores. E seria, segundo Carlos Coimbra, neste último sentido que o verbo *ver* teria sido empregado no passo em questão. Na frase

... *as quais cousas tôdas vimos...*,

quer, pois, dizer:

*foi já no nosso tempo, está ainda na memória de todos.*

Parece-nos não poder estar de acôrdo com esta conclusão, porque, como nos parece evidente segundo os passos já citados, o verbo *ver* aparece-nos no *Esmeraldo* com dois sentidos bem nítidos: em primeiro lugar, *ver* igual a *ver*; em segundo lugar, *ver* com o sentido de *saber*. Ora, pensamos que é com êste segundo sentido que o verbo *ver* é empregado no passo em questão. Na verdade, o sentido que Carlos Coimbra lhe atribui é perfeitamente possível no texto em questão, mas não o é mais em dois, pelo menos, dos três passos acima citados, em que *ver* é empregado claramente com o sentido de *saber*. Como não é nada provável que *ver* na língua de Duarte Pacheco tenha tido mais de dois sentidos, e como no texto em questão é plenamente satisfatória a identidade *ver-saber*, somos da opinião que Carlos Coimbra se perdeu por causa do pequeno número de exemplos de empregos do verbo *ver* por êle analisados — não apresenta mais do que 4 exemplos, ao passo que a nossa análise tem como base 38 exemplos.

E' ainda Carlos Coimbra que neste mesmo estudo chama a atenção para um detalhe de certa importância para julgar o valor do passo em questão no que diz respeito à determinação da data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira. Trata-se de um outro passo do *Esmeraldo*, em que Pacheco faz alusão à tomada de Arzila; êle escreve, a propósito de D. João II (Prólogo do Livro III):

“... sendo em idade de dezasseis anos foi feito cavaleiro na tomada da vila d'Arzila, que el-Rei seu padre per força d'armas aos Mouros tomou:...”.

Neste passo Duarte Pacheco Pereira não escreve *vi*, não escreve *vimos*, não diz que participou na tomada de Arzila. Um indício mais para pensar que o texto em questão de nada nos serve no que diz respeito à determinação da data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira (30).

Poderíamos acrescentar ainda uma última hipótese, cercando-a no entanto de um máximo de precauções. Ela teria em conta a redação do conjunto do Prólogo do Livro II. Trata-se de saber se Duarte Pacheco Pereira teria escrito, como é geralmente admitido:

... as quais cousas tôdas vimos com outros muitos grandes feitos...;

ou então:

... as quais cousas todos vimos com outros muitos grandes feitos....

Nada mais fácil do que o copista do século XVIII (31) ter escrito *tôdas* no lugar em que deveria ter escrito *todos*. Se assim é, se assim fôsse, se houve um êrro de cópia, se tivesse havido um êrro de cópia, se devemos, ou devessemos, ler *todos* em lugar de *tôdas*, o passo em questão fica, ou ficaria, totalmente transformado:

... as quais cousas todos vimos com outros muitos grandes feitos....

---

(30). — Encontra-se ainda um terceiro passo no *Esmeraldo* em que é feita alusão à tomada de Arzila, juntamente com as tomadas de Ceuta, Alcácer-Ceguer e Tânger:

“E todos estes quatro lugares, s. Cepta, Alcáçre, Tânger, e Arzila, são destes reinos de Portugal e de sua Corôa Real, porque vai ora em noventa anos que Cepta foi tomada per força d’armas aos mouros por el-Rei Dom João o primeiro deste nome, da gloriosa memória, vosso bisavô; e os outros três per el-Rei Dom Afonso o quinto, vosso tio, de quorenta e sete anos pera cá; pelo mesmo modo também per força d’armas aos mouros os tomou, dos quais sempre se fez áspera guerra a estes inimigos da nossa santa fé católica...”. (L. I, Cap. 14).

Ainda que este passo não seja tão importante quanto o mencionado por Carlos Coimbra, façamos notar, entretanto, que mais uma vez Duarte Pacheco Pereira não diz ter participado nestes acontecimentos.

(31). — O texto do *Esmeraldo de situ orbis* é conhecido através de dois manuscritos que não são mais do que duas cópias do século XVIII, o mais antigo da primeira metade desse século e pertencente à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Codex CXV, 1-3), e o mais moderno da segunda metade desse mesmo século, e pertença da Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Reservados, Fundo Geral 888; cota antiga: Codex B-17, 7). Este segundo manuscrito não passa de uma cópia do manuscrito de Évora. — Ver a demonstração no capítulo sobre os manuscritos deste mesmo estudo.

Ora, como é perfeitamente impossível que *todos tenham visto estas coisas*, seremos levados a concluir que o verbo *ver* é, no passo em questão, empregado com o significado de *saber*. E, como consequência, êste passo ser-nos-ia, uma vez mais, inútil para a determinação da data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira.

Mas, precisamos de uma conclusão. E, assim, diremos que, segundo certas referências cronológicas da sua biografia que merecem tôda a nossa confiança — e nada têm a ver com o passo sôbre as tomadas de Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger (passo que se revelou inútil no que diz respeito a êste assunto) — podemos admitir que Duarte Pacheco Pereira tenha nascido na segunda metade do século XV, e muito provavelmente cêrca de 1460. Avançamos esta data porque sabemos que seu pai, João Pacheco, gozava em 1455, quando era ainda muito jovem, ao que parece, de uma bôlsa de estudo (32). Por outro lado, se admitirmos uma data como 1460, compreenderemos muito mais fâcilmente que Duarte Pacheco Pereira tenha sido capaz de façanhas pessoais na Índia em 1503-1504-1505 (33), como nos contam Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, e Damião de Góis. Duarte Pacheco Pereira teria então a idade de 40 a 45 anos. Se consideramos a seguir o govêrno de São Jorge da Mina, imaginamos mais fâcilmente um homem que teria cêrca de 60 anos entre 1519 e 1522 (34), do que um ancião de 80 anos.

Mas tudo isto não são mais do que hipóteses, no que diz respeito ao conhecimento da data precisa, digamos, o ano em que nasceu Duarte Pacheco Pereira. Assim, se quisséssemos usar de uma extrema prudência, seríamos levados a adotar como solução a conclusão que nos propõe Robert Ricard:

“não conhecemos, nem a data do seu nascimento nem a da sua morte”.

\*

---

(32). — Ver sôbre a bôlsa de estudo o documento do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, L. 15, fls. 30v, transcrito atrás: *a. Os antepassados*. — Ver sobre o problema da idade de João Pacheco na época em que êle gozava da bôlsa de estudo, a afirmação de Rangel de Macedo na *Genealogia Setecentista* (manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, colecção Pombalina): “Gaspar de Faria diz que elrei D. Afonso V lhe dera, sendo moço, quatro mil e oitocentos reaes brancos para seu estudo”. Ver êste mesmo texto, na edição do *Esmeraldo* de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, Lisboa, 1892, *Notícia Preliminar-Documents*, p. XVI; e também em Damião Peres: *Introdução* (p. XV) à edição do *Esmeraldo* da Academia Portuguêsa da História, Lisboa, 1954-1955.

(33). — Ver nesta biografia a parte relativa à estadia de Pacheco na Índia.

(34). — *Ibidem*, para São Jorge da Mina.

d. — *As tomadas de Alcácer-Ceguer, Arzila, e Tânger.*

O passo do *Esmeraldo* que acabamos de analisar, tendo em vista o estabelecimento da data de nascimento de Duarte Pacheco Pereira, foi reconhecido válido por todos os autores que do assunto se ocuparam, à excepção de Robert Ricard. Assim, êste passo do *Esmeraldo* serviu a todos êstes autores para dar os primeiros traços da biografia de Duarte Pacheco Pereira. Deduziram pois que êle teria tomado parte, em 1471, nas tomadas de Arzila e de Tânger, e mesmo segundo Duarte Leite, na de Alcácer-Ceguer em 1458.

No que nos diz respeito, como o passo em questão se nos afigura inútil para o estabelecimento da data de nascimento, julgâmo-lo igualmente inútil para dar os primeiros traços da biografia de Duarte Pacheco Pereira, que, na nossa opinião, não tomou parte nos sucesos de Alcácer-Ceguer em 1458, nem nos de Arzila e de Tânger em 1471.

\*

e. — *O castelo de São Jorge da Mina.*

Quase todos os autores que se ocuparam da biografia de Duarte Pacheco Pereira admitem, ainda que o texto que tomam como base não seja muito claro, que êle estava em São Jorge da Mina quando em 1482 ali começou a construção da primeira fortaleza, o castelo de São Jorge da Mina, sob a direção de Diogo de Azambuja, então capitão-mór. Duarte Pacheco faz alusão a êste acontecimento no Livro II, Capítulo 5º, do *Esmeraldo*:

“Pois já temos dito, no penúltimo item que atrás fica neste segundo livro, como o excelente Príncipe Rei Dom Afonso o quinto de Portugal, mandou descobrir a Mina, e os capitães e pilotos que a esto enviados foram; agora convém que digamos como o sereníssimo Príncipe, Rei Dom João de Portugal, seu filho, depois da morte de seu padre, mandou fazer do primeiro fundamento o castelo de São Jorge da Mina; o qual por mandado deste maugnânimo Príncipe o edeficou Diego d’Azambuja, cavaleiro de sua casa o comendador d’Alter Pedroso da ordem de São Bento, no primeiro dia do mês de janeiro de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil CCCC e oitenta e dous anos, levando em sua companhia nove caravelas com outros tantos capitães, homens mui honrados, de que o dito Diego d’Azambuja era capitão-mór; e assi levou duas urcas, naos de quatrocentos toneis cada ua, com muita cal e pedraria lavrada e assaz outra artilharia pera se esta obra fazer; e posto que entre os negros desta terra e a nossa gente houve muita deferença sobre o fazer desta fortaleza, por a não quererem consentir, enfim a seu pesar se fez, onde com muito serviço e deligência se acabou o que então foi necessário para recolhimento e defesa de nós todos...”

Parece-nos que o sentido do texto é duvidoso e não exige de modo algum que Duarte Pacheco Pereira tenha feito parte do *nós todos* de que fala o passo do *Esmeraldo*. Em primeiro lugar, Duarte Pacheco Pereira conta-nos a empresa de Diogo de Azambuja sem a menor alusão à sua participação pessoal. Em segundo lugar, também não é dito que êle estava em São Jorge da Mina quando lá chegou Diogo de Azambuja. Finalmente, *nós todos* podiam muito bem ser os portugueses que ali estavam nesse momento e que ali estiveram mesmo mais tarde. Em conclusão, parece-nos um exagêro concluir que Duarte Pacheco Pereira figurava entre os portugueses que estavam em São Jorge da Mina a quando da construção do Castelo em 1482 (35).

\*

f. — *Viagens de exploração à costa de África.*

Até 1488 não sabemos da sua vida senão o que êle deixa entrever nalguns passos do *Esmeraldo*. No Prólogo geral, quando alude de maneira genérica aos descobrimentos do tempo de D. João II, escreve:

“... e por não alargar mais a matéria, leixo de dizer as particularidades de muitas cousas que êste glorioso Príncipe mandou descobrir por mim e por outros seus capitães em muitos lugares e rios da costa de Guiné, dos quais, em tempo do Infante Dom Henrique e del-Rei Dom Afonso, a costa do mar sòmente era sabida, sem se saber o que dentro neles era;...” (36).

(35). — No entanto os autores que relatam êste acontecimento aceitam sem reticências a presença de Duarte Pacheco Pereira em São Jorge da Mina em 1482. Ver as seguintes obras: Raphael Eduardo de Azevedo Basto, *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, 1892, ver a *Notícia Preliminar*, p. VI; Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, 1896, Tomo II, Nota 4, p. 293; Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935, Vol. II, p. 107; George H. T. Kimble, *Esmeraldo de situ orbis by Duarte Pacheco Pereira*, London, 1937, Introduction, p. XIII; Damião Peres, *Introdução à edição do Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1954-1955, p. XV.

(36). — Passo citado, ou mesmo transcrito, nos seguintes estudos: Raphael Eduardo de Azevedo Basto, *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, edição de 1892, ver a *Notícia Preliminar*, p. V; Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira - precursor de Cabral*, in *História da Colónização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 232. Ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II; George H. T. Kimble, *Esmeraldo de situ orbis by Duarte Pacheco Pereira*, London, 1937, Introduction, p. XIII; Damião Peres, *Introdução à edição do Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1954-1955, p. XV.

Este passo revela-nos que Duarte Pacheco Pereira estava entre os capitães que gozavam da confiança do rei, tais como Diogo de Azambuja, Bartolomeu Dias, Diogo Cão, e alguns outros mais. D. João II deve tê-lo enviado à costa da Guiné como cosmógrafo, geógrafo, roteirista, e poderia ainda pensar-se, como autor de *vistas de costa*, havendo mesmo quem o tenha imaginado cartógrafo (37).

Noutras páginas da sua obra, dá conta dos seus anos de trabalho na costa africana. Apesar do emprêgo da primeira pessoa do plural parece-nos que êle fala de si mesmo (38). Assim, no Livro II, Capítulo 11, do *Esmeraldo*, escreve:

“... e a experiência nos tem ensinado, porque por muitos anos e tempos que esta região das Etiópias de Guiné temos navegadas e praticadas, em muitos lugares tomamos as alturas do sol e sua declinação, para se saber os graos que cada lugar se aparta em ladeza da mesma equinocial para cada um dos polos...” (39).

Também, num passo sôbre o Nilo, a propósito do rio Senegal, Pacheco escreve no Livro I, Capítulo 5 (40):

“... de tôdolos rios desta região da Etiópia, os quais per muitos anos cada dia praticámos, sabemos certo que êste é o maior, segundo se mais largamente dirá no capítulo que adiante vier, que do rio de Sanagá falar;...” (41).

Alude também a localidades do interior africano, onde êle foi mais do que uma vez, como se pode ler no Livro II, Capítulo 7, a propósito da cidade de Beni:

“... e esta cidade terá ua légua de comprido de porta a porta, e não tem muro, sômente é cercada de ua grande cava muito larga e funda a qual abasta para sua defensão; e eu fui nela quatro vêzes;...” (42).

---

(37). — Ver os nossos estudos: *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de situ orbis”*, Coleção da “Revista de História”, São Paulo, 1968, especialmente ps. 19-22, e 135-141; *Duarte Pacheco Pereira um cartógrafo? O “Esmeraldo de situ orbis” um atlas?*, in *Revista de História*, nº 70, São Paulo, 1967.

(38). — Ver neste trabalho as páginas sôbre a viagem de 1498, onde discutimos o emprêgo da primeira pessoa plural no *Esmeraldo*.

(39). — Passo transcrito em Luciano Pereira da Silva: *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 232. Ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II.

(40). — Ver neste trabalho as páginas sôbre a viagem de 1498, onde discutimos o emprêgo da primeira pessoa do plural no *Esmeraldo*.

(41). — Passo transcrito em Luciano Pereira da Silva: *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 232. Ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II.

(42). — *Ibidem*.

Descrevendo a costa da Guiné, perto do cabo Formoso, Pacheco lembra, nas primeiras linhas do Capítulo 8º do Livro II, os trabalhos, doenças e dificuldades suportadas nesses lugares (43):

“Ainda que dous agravos tenhamos recebidos na descrição desta Etiópia, dos quais o primeiro é o tempo que gastamos na prática destas províncias e terras que tantas enfermidades e trabalhos mal pagos nos têm custado,...” (44).

Êstes passos do *Esmeraldo* dão-nos uma idéia bastante vaga das viagens de exploração de Duarte Pacheco Pereira à costa de África. Podemos mesmo perguntarmo-nos se se trata de uma ou de várias viagens. Não temos elementos para responder a esta dúvida. Podemos perguntarmo-nos ainda quais foram as regiões da costa de África visitadas por Duarte Pacheco Pereira. Exceção feita para o rio Senegal, ou para a cidade de Beni, nada mais sabemos. Podemos finalmente perguntarmo-nos em que data, ou em que datas, Duarte Pacheco Pereira fêz esta, ou estas viagens, de exploração. A única coisa que sabemos com segurança é que, em 1488, Bartolomeu Dias, na sua viagem de volta, depois de ter dobrado o Cabo da Boa Esperança, encontrou Duarte Pacheco muito doente na ilha do Príncipe, e trouxe-o para Portugal. E’ João de Barros que relata êste acontecimento na sua *Ásia*:

“Tomádos muytos mâtimentos que acharã, e pósto fôgo à naueta que já estáua bem comesta do busano, por nam auer quem a podesse marear, viéram tér á jlha do principe onde acharam Duarte Pacheco caualeiro da cása del rey muy doete. O qual por nam estár em disposiçam pera per sy ir descobrir os rios da cósta a que o el rey mãdaua, enuiu o nauio a fazer algum resgáte: onde se perdeo saluandose páрте da gente, que cõ elle se veo em estes nauios de Bartholomeu Diaz” (45).

\*

- (43). — Ver neste trabalho as páginas sôbre a viagem de 1498, onde discutimos o emprêgo da primeira pessoa do plural no *Esmeraldo*.
- (44). — Passo transcrito em Luciano Pereira da Silva: *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 232. Ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II.
- (45). — João de Barros: *Ásia*, Década I, Livro III, Capítulo 4 (Página 88 da edição de Antônio Baião, Coimbra, 1932). Êste passo de João de Barros é citado e mesmo transcrito nos seguintes estudos: Raphael Eduardo de Azevedo Basto, *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, edição de 1892 (ver a *Notícia Preliminar*, p. V); Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, 1896, Tomo II, Nota 4 da pág. 293; Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, pág. 232 (ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II); Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, p. 8; Armando Cortesão,

g. — *Cavaleiro de D. João II.*

As primeiras linhas do Prólogo geral do *Esmeraldo* revelam-nos que Duarte Pacheco Pereira foi cavaleiro da Casa do rei D. João II:

“Princípio do *Esmeraldo de situ orbis*, feito e composto por Duarte Pacheco, cavaleiro da Casa d’el-Rei Dom João o segundo de Portugal, que Deos tem, deregido ao muito alto, poderoso Príncipe e sereníssimo Senhor, o Senhor Rei Dom Manuel nosso Senhor, o primeiro deste nome que reinou em Portugal”.

Não sabemos, nem temos meio de saber, em que data Duarte Pacheco Pereira foi armado cavaleiro. A única coisa de que estamos certos é a de que era já cavaleiro da Casa del-Rei D. João II em 1488, quando Bartolomeu Dias o encontrou doente na ilha do Príncipe. No máximo, podemos perguntarmo-nos se êle não teria sido armado cavaleiro após uma das suas viagens de exploração à costa de África, admitindo que teria feito várias destas viagens. Um outro detalhe seguro da sua biografia é que estava em 1490 em Lisboa, vivendo graças aos honorários que recebia na sua qualidade de cavaleiro da Casa de D. João II:

“Item c XXIX dias dabrill deu e pagou a duarte pachequo dos meses de janeiro feureiro e março quatro myll e seis centos e cincoeta rrs de huu caualo 4.650 — (a) pacheco”.

“Item e Xb dias de setebro deu e pagou a duarte pacheco dos meses dabrill e mayo junho quatro mjll e seis centos cincoeta rrs de huu caualo a rrezã de 1.550 rrs por mes = 4.650”.

“Item e XXbij dias de feureiro deu e pagou a duarte pachequo dos meses de julho agosto setebro outubro e que se monta seis mjll e duzetos cincoeta rrs a rrezam de mjll bc 1 rrs por mes = 6.200 rrs- (a) duarte pacheco” (46).

\*

---

*Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935, Vol. II, p. 107; Damião Peres, *Introdução* à edição do *Esmeraldo de situ orbis* por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954-1955, ps. XV-XVI.

- (46). — Ver Braamcamp Freire, *A guarda de Dom João II no anno de 1490*, in *Archivo Histórico Portguez*, Vol. V, Lisboa, 1907, ps. 345, 364. Neste trabalho Braamcamp Freire faz referência a uma coleção de manuscritos que pertencem ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, coleção intitulada *Lista da gente de guerra — Receita e despesa da Fazenda Real, anno de 1490 a 1509 (maço 1º)*. Nestes documentos estão os registos dos pagamentos do ano de 1490, e entre êles aqueles que acima transcrevemos e que dizem respeito a Duarte Pacheco Pereira. O único autor que menciona êstes documentos é Damião Peres: *Introdução* à edição do *Esmeraldo de situ orbis* por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954-1955, p. XVI.

h. — *O Tratado de Tordesillas.*

Em 1493 Cristóvão Colombo voltava da sua famosa viagem que havia de dar origem a tantas discussões entre portugueses e castelhanos, a propósito dos respectivos direitos de posse das regiões do globo novamente descobertas. Os reis Católicos conseguiram uma Bula do Papa Alexandre VI que reconhecia os seus direitos sobre todas as terras descobertas para além de um meridiano que passaria a 100 léguas a oeste de uma qualquer das ilhas dos arquipélagos dos Açores ou de Cabo Verde. D. João II ameaçou então com o envio de uma armada às terras descobertas por Colombo, o que levou Fernando e Isabel a proporem-lhe, não só a suspensão desta expedição, mas também o envio de embaixadores para discutir um acordo sobre as terras que no futuro fossem descobertas. Esta foi a origem do célebre Tratado de Tordesillas de 7 de junho de 1494 (47). A Bula de Alexandre VI foi substituída por um acordo que estabelecia que todas as terras descobertas ao ocidente de uma linha traçada de polo a polo e passando a 370 léguas a oeste de Cabo Verde pertenceriam a Castela, e a Portugal todas aquelas que se encontrassem a leste da mesma linha. Ora, nas discussões que levaram à elaboração do Tratado de Tordesillas, figurou Duarte Pacheco Pereira, *continuo da casa do dito senhor rey de Portugal*, entre os embaixadores e os técnicos portugueses:

“Testemunhas que foram presentes que viram aqui firmar seus nomes aos ditos procuradores e embaixadores outorgar o suso dito e fazer o dito juramento o comendador Pero de Lion e o comendador Fernando de Torres vizinhos da villa de Valhadolid e comendador Fernando de Gomarria comendador de Zagra e Çinete continoo da casa dos ditos senhores rey e raynha nossos senhores e Joham de Sequeira e Rui Leme e Duarte Pacheco continuus da casa do dito senhor rey de Portugal pera ello chamados” (48).

Não nos parece haver dúvidas de que D. João II tinha em grande apreço o talento, senão político, seguramente que científico de Duarte Pacheco Pereira. Este tomou parte nas discussões, cer-

(47). — Pode ver-se o texto integral do Tratado de Tordesillas nas seguintes publicações: *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas, publicados por ordem do Governo de S. Magestade Fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentenária do descobrimento da América*, Lisboa, 1892, ps. 69-80; *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, Lisboa, 1946, Vol. I, ps. 243-254; *Crónica de El-Rey Dom João II de Rui de Pina*, edição de Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, 1950, ps. 243-257.

(48). — Ver este passo na pág. 256 do livro acima citado: *Crónica de El-Rey Dom João II de Rui de Pina*, edição de Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, 1950.

tamente que mercê da sua grande competência em questões de geografia e de cosmografia, e talvez ainda também pelo fato de ser um navegador com uma longa e séria experiência. Lembramos que um dos graves problemas do Tratado de Tordesillas (além daquele que consistia em saber qual a ilha do arquipélago de Cabo Verde e partir da qual se contariam as 370 léguas) era a indicação no texto do Tratado — o que acabou por não ser feito —, do valor da légua, detalhe tanto mais importante que nesses tempos eram-lhe atribuídos os mais variados valores (49). Ora, sabemos por um breve passo do *Esmeraldo* (50) que o cálculo do grau dado por Duarte Pacheco — 18 léguas por grau —, continha um êrro de aproximadamente 4%, êrro desprezível se o compararmos aos êrros de 15%, ou mesmo de 7% que eram correntes na época. O cálculo de Duarte Pacheco Pereira é o mais exato de tôda a época dos descobrimentos, e êste simples fato, certamente que a par de outros, explica sobejamente a sua escolha como membro da delegação portuguesa que presidiu à elaboração do Tratado (51).

\*

i. — *A viagem de 1498.*

Ver a discussão desta viagem no último Capítulo desta IV Parte.

\*

(49). — Ver a nossa obra, em preparação: *L'“Esmeraldo de situ orbis” de Duarte Pacheco Pereira et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes découvertes (Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne)*.

(50). — Livro I, Capítulo 2: “... assim que temos sabido que das pralas e costa do mar dêstes reinos de Portugal e do promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e d'África e d'Ásia, atravessando além todo o oceano diretamente a ocidente, ou a loeste, segundo ordem de marinharía, por trinta e seis graos de longura, que serão seiscentas e quarenta e oito léguas de caminho (contando a dezoito léguas por grao)...”.

(51). — Na bibliografia que se ocupa de Duarte Pacheco Pereira e do *Esmeraldo de situ orbis*, alguns autores aludem à sua participação no Tratado de Tordesillas: Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, p. 233. Ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II; Robert Ricard, *La Côte Atlantique du Maroc au début du XVIIe siècle d'après des instructions nautiques portugaises*, in *Hespéris*, Paris, 1927-2e. Trimestre, p. 229; Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, p. 9; Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935, Vol. II, p. 107; Damião Peres, *Introdução à edição do Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1954-1955, p. XVI; Jaime Cortesão y Pedro Calmon, *Brasil*, Barcelona-Madrid-Buenos Aires-México-Caracas-Rio de Janeiro, 1956, p. 110.

j. — *A viagem ao Brasil e à Índia com Cabral.*

Dois anos mais tarde, em 1500, Pedro Álvares Cabral parte com a sua frota para realizar a viagem que havia de vir a ser a do descobrimento, ou apenas a do descobrimento oficial, do Brasil. A maior parte dos autores que se ocuparam dêste assunto estão de acordo na participação de Duarte Pacheco Pereira na viagem. Raphael Eduardo de Azevedo Basto (52), não obstante fazer notar que o seu nome não figura na lista dos capitães que acompanharam Cabral, não se esquece de acrescentar que se faz menção de Duarte Pacheco Pereira quando êste, na Índia, recebe ordem de Cabral para aprisionar um navio do rei de Cochim que transportava elefantes. Mais adiante, quando se ocupa da viagem dos Albuquerque à Índia, em 1503, diz que Pacheco dela participou de nôvo, mas desta vez a título de capitão de um dos navios. Teixeira de Aragão (53), ao ocupar-se da viagem de 1498, alude a Duarte Pacheco Pereira como companheiro de Cabral no descobrimento do Brasil. Gama Barros (54) tem também Duarte Pacheco Pereira como um dos que participaram na frota de Cabral, e em particular que êle teria sido um dos que, no navio *São Pedro*, quando a frota aportou a Calecut, aprisionaram um navio procedente de Cochim carregado de elefantes. Luciano Pereira da Silva (55) pronuncia-se também pela participação de Duarte Pacheco Pereira na viagem de Cabral, e alude ao episódio, já na Índia, do aprisionamento do navio carregado de elefantes a pedido do rei de Calecut. Jaime Cortesão (56) menciona Duarte Pacheco Pereira entre aquêles que participaram na expedição de Pedro Álvares Cabral, e termina chamando a atenção do leitor para o silêncio dos cronistas no que diz respeito à missão de que o teriam encarregado. Robert Ricard (57), num estudo de 1923, escreve:

“Duarte Pacheco Pereira ne parle pas de l'expédition de Cabral, à laquelle pourtant il a participé;...”.

- (52). — *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira*, edição de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, Lisboa, 1892, ver a *Notícia Preliminar*, ps. VI-VIII.
- (53). — A. C. Teixeira de Aragão, *Breve noticia sôbre o descobrimento da América*, Lisboa, 1892, p. 46.
- (54). — Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Tomo II, Lisboa, 1896, ps. 293-294, nota 4.
- (55). — Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. I, Pôrto, 1921, p. 246. Ver êste mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Vol. II, Lisboa, 1945.
- (56). — Jaime Cortesão, *A expedição de Cabral -1500-*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. II, Pôrto, 1923, p. 14. Ver também: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, 1943, p. 27.
- (57). — Robert Ricard, *Le problème de la découverte du Brésil*, in *Bulletin Hispanique, Janvier-Mars 1923*, p. 78.

Em estudo mais recente, Robert Ricard (58) mantém a mesma opinião, e repete:

“... qu'il accompagna Pedralvares Cabral lors de son grand voyage de 1500, qu'il participa ainsi à la découverte ou à la redécouverte du Brésil...”.

Fortunato de Almeida (59) diz, muito brevemente, que Duarte Pacheco Pereira fez parte da frota de Pedro Álvares Cabral. Antônio Sérgio (60), não dá maiores detalhes quando fala da expedição de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500. Duarte Pacheco Pereira fez parte dela. Vieira de Almeida (61) afirma que Duarte Pacheco Pereira visitou a Índia pela primeira vez com a frota de Pedro Álvares Cabral. Edgar Prestage (62) não contradiz os autores citados, e está entre aqueles que sustentam ter sido Duarte Pacheco Pereira um dos companheiros de Cabral a quando da sua expedição em 1500.

As afirmações de todos estes autores têm como base as obras dos cronistas do século XVI: Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, Damião de Góis. Nenhum deles cita o nome de Duarte Pacheco Pereira entre os capitães da frota de Pedro Álvares Cabral, mas fazem-lhe todos alusão quando relatam o episódio acontecido na Índia que diz respeito ao pedido que o rei de Calecut fez aos portugueses para que aprisionassem um navio que transportava um elefante de que ele queria tornar-se senhor.

Fernão Lopes de Castanheda (63) menciona, pela primeira vez, Duarte Pacheco Pereira no Capítulo XXXVII, da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*:

“E por isso mandou Pedralvarez fazer prestes a Pero dataide no seu nauio, E deu-lhe sessenta homens, & mādou a hu fidalgo chamado Duarte pereyra pacheco q fosse coele, & a outro que auia nome Vasco da silueira, ābos valentes caualeiros”.

Ainda no Capítulo XXXVII, Castanheda menciona novamente Duarte Pacheco, já após a tomada do navio pelos portugueses. Esta

- (58). — Robert Ricard, *La Côte Atlantique du Maroc au début du XVIe. siècle d'après des instructions nautiques portugaises*, in *Hespéris*, Paris, 1927-2e. Trimestre, p. 229.
- (59). — Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Tomo III, Coimbra, 1924, ps. 228-229.
- (60). — Antônio Sérgio, *História de Portugal*, Barcelona-Buenos Aires, Col. Labor, 1929, p. 83.
- (61). — Vieira de Almeida, *Decadência do Império Português no Oriente*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, Lisboa, 1939, p. 229.
- (62). — Edgar Prestage, *Descobridores Portugueses*, 2a. edição, Pôrto, 1943, p. 324.
- (63). — Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3a. edição por Pedro de Azevedo, Coimbra, 1924, ps. 84-85.

façanha teria provocado a admiração do rei de Calecut e suscitado da sua parte o desejo de conhecer os protagonistas — desejo que Cabral não se esquece de fazer ressaltar:

“... do que lhe el-rey mandou muytos agardcimentos, & por seu rogo lhe mandou Pedralvarez, Pero dataide, Duarte pacheco, Vasco da Silueira, & outros dos que forã na tomada da nau porque desejuo de os ver, & a todos fez muyta honrra & merce”.

João de Barros (64) menciona, pela primeira vez, Duarte Pacheco Pereira na *Primeira Década* da sua *Ásia*, no Livro V, Capítulo 6º:

“Pedralvarez porque tinha já dádo o cuidádo de a jr demandar a Però de Taide capitam do nauio Sam Pedro: tâto que foy vista meteram-se com elle Vásko da Sylveira, Duarte Pacheco Pireira, Joam de Sá que fóra com dom Vásko da Gãma, & outras pesóas de calidáde que Pedráluarez escolhéu, & foramse a ella”.

Gaspar Correia (65) menciona, pela primeira vez, Duarte Pacheco Pereira quando se ocupa do episódio descrito nos textos acima citados, na parte das suas *Lendas da Índia* que diz respeito à *Armada de Pedralvarez Cabral no ano de 500*, Tomo I, Capítulo IX:

“Estando assi neste trabalho, ElRey mandou dizer ao Capitão mór que lhe rogaua que mandasse tomar huma nao que havia de passar, que hia pera Cambaya, que era de hum mercador de Cochym a que mandara rogar que lhe vendesse hum alifante, o qual lhe nom quizera vender, e o mandaua na nao a vender a Cambaya. O que o Capitão mór fez de boa vontade por comprazer ElRey. Mandou Luiz Pires, porque o seu nauio hera mais pequeno, e tinha pouca carga, e mandou no nauio Pero d’Athaide, e Vasco da Sylveira, e Duarte Pacheco, e Fernão Perez Pantoja, homens fidalgos e outros homens d’armas, e dez bombardeiros e lhe mandou que à nao nom lhe fizessem nenhum mal, senão fazela hir ao porto de Calecut”.

Damião de Góis (66) menciona, pela primeira vez, Duarte Pacheco Pereira ao tratar deste mesmo episódio, no Volume II, Capítulo LVIII, da sua *Crônica del-rei Dom Manuel*:

“Neste tempo teve elRei aviso, que partira da cidade de Cochim huma nao, que vinha da ilha de Zeilão, em que mercadores levãuo

---

(64). — João de Barros, *Ásia, Primeira Década*, 4a. edição, revista e com um prefácio de Antõnio Baião, Coimbra, 1932, p. 190.

(65). — Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, publicadas sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, 1859, p. 196.

(66). — Damião de Góis, *Crônica del-Rei Dom Manuel*, Biblioteca de Clássicos Portuguezes, Lisboa, 1909, p. 66.

elephantes pera o regno de Cambaia, entre os quaes havia hum hem ensinado à guerra, que lhe não quizerão vender, pelo que mandou pedir a Pedralvres Cabral que a mandasse tomar, porque era de seus inimigos, ao que logo mandou Pero Dataide, e com elle Duarte Pacheco Pereira, Vasquo da Sylveira, e Ioão de Sá, com os quaes el Rei mandou alguns mouros, pera verem o que os nossos fazião”.

Tal como Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis menciona de nôvo Duarte Pacheco Pereira na página seguinte, a propósito da visita que êle e os outros portugueses fizeram ao rei de Calecut após o episódio da tomada do navio:

“Ao dia seguinte informado el Rei de Calecut pelos Mouros, que forão com Pedro Dataide, de quão animosamente os nossos o fezerão, mandou pedir a Pedralvres, que lhe mandasse os que forão naquelle feito, pera se poder gabar que vira homens, que merecião ser vistos de todolos Reis, e senhores do mundo, aos quaes fez a todos merces, e em especial a Duarte Pacheco Pereira, por lhe os Mouros dizerem, que nunca virão homem tão animoso, nem tão esforçado, e que elle fora a causa unica de se aquella nao tomar, do qual, e das façanhas que fez na Índia e em outras partes, se dirá ao diante” (67).

Fazemos notar no texto de Damião de Góis o elogio a Duarte Pacheco Pereira que não aparece nos outros cronistas.

A êstes testemunhos podemos acrescentar ainda um detalhe, ao qual os historiadores que se ocuparam do assunto reconheceram sempre uma grande importância. Perante os textos acima citados, era ainda possível pôr em dúvida a identidade dêste Duarte Pacheco Pereira com aquêle que partirá um pouco mais tarde — 1503 —, para a Índia com os Albuquerque. Ora, esta dúvida é dissipada por dois dos cronistas do século XVI que acabamos de invocar, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis. Êstes identificam sem o menor equívoco êste Duarte Pacheco Pereira ainda obscuro, com a personagem do mesmo nome que viria a ocupar um lugar importante na frota dos Albuquerque em 1503:

Lemos no Livro I, Capítulo LV, da obra de Fernão Lopes de Castanheda:

“Neste anno de mil & quinhentos & tres, parecido a el rey de Portugal, que ho Almirante dô Vasco da Gama deixaria assentadas pacificamente as feytorias de Cochim, & de Cananor, & que não aueria necessidade de mandar grande armada, não quis mandar mais de seys naos repartidas em duas capitánias. Das primeyras tres foy

---

(67). — *Ibidem*, p. 67.

capitão mór hu fidalgo chamado Afonso dalbuquerque, que depois governou a India, como direy no terceyro liuro. E forão seus capitães Duarte pacheco pereyra de que faley atras, & Fernão Martiz Dalmada...” (68).

Escrevendo sôbre a expedição dos Albuquerque em 1503, Damião de Góis também diz no Volume II, Capítulo LXXVII, da sua obra:

“Destas seis naos, como atras fica dito, fez duas capitánias, das quaes deu huma a Afonso Dalbuquerque, os outros dous capitaens que hiam debaixo da sua bandeira eram Duarte Pacheco Pereira, de quem atras falei, e fallarei ao diante...” (69).

O *Duarte pacheco pereyra de que faley atras* de Fernão Lopes de Castanheda, e o *Duarte Pacheco Pereira, de quem atras falei, e fallarei ao diante*, de Damião de Góis, são dois dados capitais que desfizeram as últimas dúvidas, se elas existiam, no espírito da maior parte dos autores que abordaram, com maior ou menor detalhe, êste passo da biografia de Duarte Pacheco Pereira. Mas, ainda que os textos dos cronistas do século XVI fôssem claros e concludentes, a verdade é que o problema não estava resolvido. Coube a Duarte Leite (70) demonstrar, de maneira que nos parece decisiva, que a evidência dos textos em questão era apenas aparente. E é a partir de 1931, data do seu estudo, que a historiografia portuguêsã começa a pôr em dúvida o que parecia evidente. Mencionamos três exemplos: o de Manuel Ramos (71), o de Armando Cortesão (72), o de Damião Peres (73). Vejamos a argumentação de Duarte Leite. Êle começa por nos pôr de prevenção em relação aos cronistas do século XVI, pois em muitos outros casos êles revelam a sua falta de precisão, quando não nos enganam de maneira bem evidente, como é o caso de alguns episódios da viagem de Pedro Álvares Cabral. Mas a crítica de Duarte Leite incide especialmente sôbre o texto de Fernão Lopes de Castanheda: Duarte Leite afirma, a propósito do tex-

(68). — Fernão Lopes de Castanheda, ed. citada, p. 115.

(69). — Damião de Góis, ed. citada, p. 121.

(70). — Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, ps. 24-27.

(71). — Manuel Ramos, *A tradição portuguêsã de terras e viagens para ocidente; Cabral e o Brasil*, in *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, Barcelos, Vol. III, 1931, ps. 596-597.

(72). — Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935, Vol. I, p. 342.

(73). — Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portuguêses*, Pôrto, 1943, ps. 381-382; *O descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral*, Pôrto e Rio de Janeiro, 1949, ps. 97, 99-100; *Introdução* à edição do *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira* da Academia Portuguêsã da História, Lisboa, 1954-1955, ps. XXI-XXII.

to que aqui nos interessa, existirem alterações, bem importantes, nas diversas edições desta obra. Na primeira edição, de 1551, Castanheda escreve:

“... mandou o capitão-mór a Pero dataide que fosse na sua caravela tomar a nau e que fosse coele hu fidalgo mâcebo chamado Duarte Pacheco que estava tido em cõta desforçado cavaleyro e deu-lhe setenta homes”.

Duarte Pacheco Peerira é neste texto designado como um *fidalgo mâcebo*, o que não é certamente verdadeiro, porque nesta data, 1500, êle devia ter atingido a casa dos cinquenta (74). Para além dêste desacôrdo quanto à idade, Castanheda apresenta Duarte Pacheco Pereira como alguém que não teria ainda nessa época ganho foros de personagem conhecida, quando na verdade talvez nenhum dos seus companheiros o tivesse ultrapassado em bravura, saber e serviços prestados, qualidades que lhe devem ter valido uma situação de destaque na frota, sendo êle ainda por cima de origem nobre, como o prova o fato de ter sido escolhido para comandar a expedição clandestina de 1498 e, três anos depois, um navio na expedição dos Albuquerque. A descrição de Castanheda na edição de 1551 coaduna-se nitidamente melhor com um jovem homônimo de Duarte Pacheco Pereira, do que com aquêle de que nos fala mais adiante, a propósito da expedição de 1503 à Índia, em que nô-lo mostra como um dos capitães em vias de aumentar uma glória que já tinha. Para demonstrar que as descrições de Castanheda não são particularmente seguras, Duarte Leite faz-nos ver como o texto citado aparece modificado na segunda edição, de 1553-1554. Não se faz mais questão do *fidalgo mâcebo chamado Duarte Pacheco*: trata-se agora de *um fidalgo chamado Duarte pereira pacheco*, com os nomes trocados:

“E porisso mandou Pedralvares fazer prestes Pero dataide no seu navio e deu-lhe sessenta homens e mandou a um fidalgo chamado Duarte pereira pacheco que fosse coele, e a outro que avia nome Vasco da Silveira, âbos valentes cavaleiros”.

Duarte Leite faz notar, entretanto, que as alterações que sofreu esta segunda edição (75), no que diz respeito à expedição de Ca-

- (74). — Duarte Leite fala da casa dos cinquenta porque é o único autor, como vimos atrás, ao tratar o problema da data de nascimento, que toma como referência a tomada de Alcácer-Ceguer (1458). Pelo fato de nós termos preferido uma referência posterior, diríamos que Pacheco estava na casa dos quarenta. Mas, em qualquer dos casos, Duarte Pacheco Pereira nunca poderia ser nesta data um *fidalgo mâcebo*.
- (75). — O texto que transcrevemos e que é da segunda edição (1553-1554) é aquêle de que se serviu Pedro de Azevedo para elaborar a terceira edição (1524), em que Duarte Pacheco Pereira não é mais *fidalgo mâcebo*, mas sim *hu fidalgo chamado Duarte pereyra pacheco*, com os nomes trocados.

bral, não oferecem mais garantias de exatidão do que a precedente. E cita como exemplo o que se passa com o barco perdido em Cabo Verde. Na primeira edição, êste navio aparece sob o comando de Vasco de Ataíde; em seguida, desaparece, não se sabe bem como, sem que mesmo tenha surgido uma tempestade. Esta descrição coincide com a do verídico Pero Vaz de Caminha. Segundo a carta escrita em 1501 pelo rei D. Manuel aos soberanos de Castela, o barco teria desaparecido sem deixar rasto. De acôrdo com a segunda edição, o barco tendo como capitão Luís Pires teria desaparecido, ter-se-ia perdido, em consequência de uma tempestade e teria mesmo atingido a costa portugêsa.

Se Castanheda se enganou confundindo duas personagens, é de supor que os cronistas seguintes se tenham enganado também, pois todos êles o seguem, em muitos passos das suas obras. Por outro lado, é muito difficil admitir que Pacheco tivesse viajado, podemos dizer incógnito, com Cabral, pois o seu nome só aparece acidentalmente quando do episódio da nau moura. Pero Vaz de Caminha na sua minuciosa carta a D. Manuel menciona nove dos tripulantes, capitães e outros, mas não diz uma palavra da personagem Duarte Pacheco Pereira que na época já era célebre; seria mesmo estranho que D. Manuel não lhe tivesse confiado um dos navios da frota. Lopes de Mendonça (76) põe a hipótese de que Duarte Pacheco Pereira ter-se-ia abtido voluntariamente em misturar-se aos aspectos mais visíveis da expedição por causa das reservas que poderia provocar a presença a bordo de uma personagem que tinha tomado parte nas negociações de Tordesillas. Mas Duarte Leite não compreende porquê tais reservas lhe teriam imposto esta atitude mais de cinco anos passados sôbre o Tratado.

O silêncio do *Esmeraldo* sôbre o descobrimento de Cabral não surpreende se Pacheco não o precedeu no Brasil, mas já não seria a mesma coisa se ambos tivessem estado presentes na missa solene em Pôrto Seguro e na colocação da grande cruz. Neste caso, o navegador e astrônomo não deixaria de se interessar pela determinação da latitude do local, e mesmo no exame dêste local, como o fêz tantas vêzes em África. Mestre João, na carta ao rei D. Manuel, conta que êle e o primeiro pilôto Pero Escolar *pesaram* o sol em Pôrto Seguro e lhe atribuíram a latitude de 17°, valor cujo êrro não ultrapassa 40'. Vemos assim que Pacheco não assistiu à operação, o que já é estranho, mas teria pelo menos registrado o resultado; entre-

(76). — Henrique Lopes de Mendonça, *Navegações dos Portugêses*, Lisboa, 1929, ps. 20-21. Ver também do mesmo Henrique Lopes de Mendonça: *Do Restelo a Vera Cruz*, in *História da Colonização Portugêsa do Brasil*, Vol. II, Pôrto, 1923, ps. 55-56.

tanto a tabela de latitudes brasileiras do *Esmeraldo* indica 18° para a coordenada. Este valor teria sido determinado quando das expedições portuguesas de 1501 e 1504 e afasta-se do de 1500, seja pelo fato de uma menor habilidade dos pilotos, seja porque se tenha atribuído o nome de Pôrto Seguro a um ponto situado ao sul daquele que é indicado por Caminha. Qualquer que seja a razão, a divergência indicada é suficientemente importante para que sejamos levados a pensar que o ilustre cosmógrafo ignorava a notável observação de Pero Escolar, o que nos parece incompatível com a sua presença na frota de Cabral.

De todo o raciocínio de Duarte Leite, só este último argumento nos surge como menos probatório e menos forte que os outros. E' um fato que há no *Esmeraldo* divergências entre algumas latitudes que, para um mesmo local, nos oferecem a tabela citada e o texto. Daí ter surgido a idéia de uma interpolação da tabela de latitudes no texto do *Esmeraldo*, não tendo tido Duarte Pacheco o cuidado ou a possibilidade, visto que o texto se interrompe bruscamente, de pôr de acôrdo os números da tabela com os do texto. Ora quem nos diz que Duarte Pacheco Pereira não teria mais tarde a intenção de corrigir esta latitude, assim como outras da tabela? E se a tabela de latitudes não é de sua autoria, o mesmo poderíamos dizer dos 18° para Pôrto Seguro. Assim, nada nos prova que êle não pensasse nos 17° de Mestre João em vez dos 18° da tabela do seu *Esmeraldo*. Mas se estas dúvidas são legítimas, não é menos seguro que nós não vemos Duarte Pacheco Pereira, ao contrário do que seria normal de esperar, em vias de *pesar o sol* em companhia de Mestre João e Pero Escolar.

Para terminar, resta declarar-nos de acôrdo, no seu conjunto, com a argumentação de Duarte Leite. A única crítica que esta argumentação suscitou provém de Manuel Heleno (77), e está ligada ao passo de Damião de Góis, citado, onde, depois de ter mencionado Duarte Pacheco Pereira, o cronista acrescenta: *do qual e das façanhas que fêz na Índia e em outras partes, se dirá ao diante*. E' a partir dêste único passo que Manuel Heleno procura refutar tôda a argumentação de Duarte Leite, declarando que o passo de Damião de Góis "prova que (Duarte Leite) não tem razão". Finalmente, diz também que Castanheda confirma êste passo na edição *princeps*. Ora, vimos que Duarte Leite tem em conta não sòmente o texto de Damião de Góis, mas também a edição *princeps* de Castanheda, razão pela qual é a sua laboriosa e pertinente exposição que tem o nosso favor.

---

(77). — Manuel Heleno, *O descobrimento da América*, Lisboa, 1933, p. 19.

Mais uma vez as fontes tardias se mostraram dignas de muito pouca fé. E' mais um exemplo a acrescentar a muitos outros, no que diz respeito ao relato de acontecimentos do século XV feito por cronistas do século XVI (78). De momento que as chamadas fontes primárias não mencionam Duarte Pacheco Pereira como companheiro de Pedro Álvares Cabral na viagem de 1500, de momento que Pero Vaz de Caminha na sua *Carta* ao rei D. Manuel, e que a *Relação do Piloto Anônimo* não lhe fazem alusão, a dúvida começa a tornar-se perfeitamente legítima. E se ainda, para além de tudo isto, temos argumentos como os de Duarte Leite, então não nos parece possível chegar a outra conclusão que não seja aquela que nos confirma que Duarte Pacheco Pereira não foi, nem ao Brasil, nem à Índia, em 1500, com Pedro Álvares Cabral.

\*

1. — *A viagem e a estadia na Índia.*

Entramos agora num capítulo bastante conhecido da vida de Duarte Pacheco Pereira, talvez mesmo, de todos, o mais conhecido. No que diz respeito a esta parte da sua vida, quase tudo devemos aos cronistas do século XVI, como Fernão Lopes de Castanheda (79), João de Barros (80), Gaspar Correia (81), Damião de Góis (82), Jerônimo Osório (83). E pelo fato desta parte da sua vida ser muito

- 
- (78). — Vitorino Magalhães Godinho, *Les Grandes Découvertes*, Coimbra, 1953, ps. 11-12.
- (79). — Fernão Lopes de Castanheda: *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3a. ed. por Pedro de Azevedo, Coimbra, 1924. Ver o Livro I, Capítulos LV, LVI, LVIII, LIX, LX, LXII, LXIII, LXV, LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI, LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XCI, XCII, XCIII, XCIV, XCV, XCVI, XCVII.
- (80). — João de Barros: *Asia, Primeira Década*, 4a. ed., revista e com um Prefácio de Antônio Balão, Coimbra, 1932. Ver o Livro Sétimo, Capítulos II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI.
- (81). — Gaspar Correia: *Lendas da Índia*, publicadas sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, 1858. Tomo I, ver a parte que diz respeito à *Armada dos Alboquerque, que passarão à Índia, o anno de 503*, Capítulos I, III, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII. Ver no mesmo Tomo I, a parte que diz respeito à *Armada de Lopo Soares que passou à Índia o ano de 1504*, Capítulos II, III, IV, V, VI.
- (82). — Damião de Góis: *Crônica del-Rei Dom Manuel* (Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1909). Ver a Primeira Parte, Capítulos LXXVII, LXXVIII, LXXX, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XC, XCI, XCII, XCVI, XCVII, XCIX, C.
- (83). — Jerôme Osorius: *Histoire de Portugal, contenant les entreprises, navigations, & gestes memorables des Portugallois, tant en la conqueste des Indes Orientales par eux decouvertes, qu'ès guerres d'Afrique & autres*

conhecida e não haver praticamente nenhum historiador que se tenha ocupado um pouco que seja da vida de Duarte Pacheco Pereira que não dedique algumas linhas, ou páginas inteiras, às suas façanhas na Índia (84), não daremos senão os aspectos fundamentais, desprezando uma infinidade de detalhes que o leitor curioso poderá facilmente encontrar nos citados cronistas do século XVI.

Em 1503, por ordem do rei D. Manuel, uma frota parte para a Índia sob o comando dos primos Afonso e Francisco de Albuquerque. Cada um tinha a seu cargo, além da sua, duas outras naus, uma das quais, sob o comando de Afonso de Albuquerque, tinha Duarte Pacheco Pereira por capitão. As naus de Afonso de Albuquerque, entre as quais a de Duarte Pacheco Pereira, largaram de Belém em 6

*exploits, depuis l'an mil quatre cens nonâte six, sous Emmanuel premier du nom*, Paris, 1581. Ver o Livro 3. fôlhas 85-101, e o Livro 4, fôlhas 108-109.

— Jerosme Osorius: *L'Histoire de Portugal, comprise en deux volumes, contenant infinies choses memorables avenues depuis l'an du Seigneur, M. XC. jusques à l'an MDCX sous le regne de vingt Roys*, Geneve, MDCX. Ver o Volume I, Livro 3, ps. 183-240, e o Livro 4, p. 259.

- (84). — Autores e obras que se ocupam deste Capitulo da vida de Duarte Pacheco Pereira: Ferdinand Denis, *Atlas historique e chronologique des littératures anciennes et modernes, des sciences et des arts, d'anrès la méthode et sur le plan de l'Atlas de A. Lesage (comte de Las Cases) et propre à former le complément de cet ouvrage. par A. Jarry de Mancy...* (avec la collaboration de F. Denis et E. Héreau), Paris, 1831-1835; Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, 1859. Tomo II, p. 212; Oliveira Martins, *História de Portugal*, 2 Tomos. 2a. ed., Lisboa, 1880, ps. 204-205 do 1º Tomo; Ranael Eduardo de Azevedo Basto, *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Peretra*, Lisboa, ed. de 1892, ver a *Notícia Preliminar*, ps. VII-IX; Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, 1896, Tomo II, Nota 4 das ps. 293-294; Pinheiro Chagas, *Diccionario Popular*, Lisboa, 1881, Vol. IX; Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, 3a. ed., Lisboa, 1900, Vol. III, ps. 198-206; Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal (Diccionario histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heraldico, numismatico e artistico)*, Lisboa, 1911, Vol. V; Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco Pereira — precursor de Cabral*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Pôrto, 1921, Vol. I, ps. 247-249 (Ver este mesmo estudo nas *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*, Lisboa, 1945, Vol. II); Robert Ricard, *La Côte Atlantique du Maroc au début du XVIIe. siècle d'anrès des instructions nautiques portugaises*, in *Hespéris*, Paris, 1927-2e. Trimestre, p. 229; Antônio Sérgio, *História de Portugal*, Barcelona-Buenos Aires, 1929, p. 84; Jaime Cortesão, *O Império Português no Oriente até 1557*, in *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, Barcelos, 1932, Vol. IV, ps. 24-32; Armando Cortesão, *Cartografia e catógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935, Vol. II, ps. 107-108; Edgar Prestage, *Descobridores Portuguezes*, 2a. ed., Pôrto, 1943, ps. 344-345; George H. T. Kimble, *Esmeraldo de situ orbis by Duarte Pacheco Peretra*, London, 1937, Introduction, ps. XIII-XIV; Vieira de Almeida, *Decadência do Império Português no Oriente*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1939, Vol. II, ps. 298-300; Vieira de Almeida, *Homens da Índia de Quinhentos*, Lisboa, 1955, ps. 45-46; Damião Peres, *Introdução* à edição do *Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Peretra* da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954-1955, ps. XXII-XXIII.

de abril de 1503, e as de Francisco de Albuquerque oito dias mais tarde, no dia 14 dêsse mesmo mês. Foram, no entanto, estas últimas que primeiro chegaram — com excepção de uma que se perdeu no caminho —, não somente a Anjediva, no mês de agôsto, como também a Cochim, a 2 de setembro. As naus de Afonso de Albuquerque só chegaram a Cochim no dia 1 de outubro. Havia já quatro dias que Francisco de Albuquerque tinha começado a construção da fortaleza de Cochim. Esta fortaleza era construída para ajudar a defesa de Cochim contra os ataques de Calecut. A ação dos portugueses na Índia, que logo iam ficar sob a chefia de Duarte Pacheco Pereira, relaciona-se estreitamente com a luta entre estas duas cidades. Logo que as naus de Afonso de Albuquerque se juntaram, em Cochim, às de Francisco de Albuquerque, e que a construção da fortaleza, começada em 27 de setembro, terminou, os portugueses emprenderam uma série de expedições punitivas às ilhas vizinhas de Cochim que estavam sob a soberania de Calecut. E logo na segunda destas expedições, à ilha de Chirivaipim, Duarte Pacheco Pereira se distinguiu, tendo sido um dos cavaleiros do rei que desbaratou mais soldados do rei de Calecut. Além desta expedição, os cronistas fazem o relato de uma outra a aldeias do senhor de Repelim, a cinco léguas de Cochim, a propósito da qual contam que Duarte Pacheco Pereira, não encontrando na volta o esquife no lugar em que o tinha deixado, teve grande dificuldade em defender-se dos seus perseguidores, não se tendo salvo senão devido à sua grande coragem, e ainda ao socorro que lhe foi prestado pelos Albuquerques. A quando de uma outra incursão dos portugueses em território inimigo, foi a vez de Duarte Pacheco Pereira vir, com a ajuda da sua gente, em auxílio dos Albuquerques, derrotando 34 homens do rei de Calecut.

Os Albuquerques deixaram a Índia de volta a Portugal em 31 de janeiro de 1504, deixando, a pedido do rei de Cochim, homens encarregados da proteção e da defesa dêste, pela razão de que êle esperava que o rei de Calecut se lançasse ao ataque imediatamente após a partida dos portugueses. No entanto, os cronistas da época, e mesmo Duarte Pacheco Pereira (85), são bem claros na afirmação de que aquêles que ficaram eram em número bem insuficiente para

---

(85). — Duarte Pacheco alude, por duas vezes, numa carta ao rei D. Manuel, de que ignoramos a data, no pequeno número de homens que com êle deixaram em Cochim. Escreve a êste respeito: *fycau Eu com tam pouca jente e tam mall fornecido como fyqey*; e ainda: *jente qe uos tambem seruyo sendo tam pouca com tanto trabalho e Risco de suas pesoas*. Pode ver-se esta carta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Cartas dos Vice-Reis, maço único nº 148. Ver mais adiante, no parágrafo sobre a redação do *Esmeraldo*, a transcrição completa desta carta.

as necessidades da guerra com Calecut. Ficou uma nau, duas caravelas, um grande esquife e cem homens, além de mais 50 na fortaleza. Duarte Pacheco Pereira assumiu o comando geral dos quatro navios, sendo as caravelas confiadas a Pero Rafael e Diogo Pires. O rei de Cochim e os seus súbitos não estavam, no entanto, tranqüilos: temiam a partida de Duarte Pacheco Pereira após a dos Albuquerque. Duarte Pacheco Pereira consegue dar confiança ao rei, assegurando-o de que faria prisioneiro o rei de Calecut. Quanto àquêles que tinham tentado fugir da cidade, convenceu-os a não tentar de novo a fuga, e como último argumento ameaçou-os com a força se mais tarde os viesse a encontrar. Uma vez a tranqüilidade e a confiança reinantes não só no rei de Cochim como nos seus súditos, Duarte Pacheco Pereira começou as incursões no território de Repelim e outros territórios de aliados ou vassallos dêste. Ali causava muitos prejuízos, pondo fogo às aldeias e voltando sempre triunfante a Cochim. O sucesso destas incursões teve um grande efeito no espírito do rei de Cochim, assim como no dos seus súditos. O rei de Calecut não tardou a reagir: preparou uma frota e um exército consideráveis com o objetivo de entrar em Cochim através de Repelim e da passagem do Cambalão. Logo que Duarte Pacheco Pereira teve conhecimento das intenções do rei de Calecut, preparou-se para defender a passagem do Cambalão, levando com êle a caravela, de que era capitão Pero Rafael, com 26 homens, e dois esquifes, dos quais um com 23 homens sob o comando de Diogo Pires e o outro, em que êle próprio ia, com 22 homens. Nesta pequena frota contavam-se, no total, 73 homens, todos portugueses, e ainda 500 súditos do rei de Cochim. Êste ficava com cêrca de 4.500 súditos, porque na ocasião êles não eram mais de 5.000 ao todo, sabendo-se da fuga de muitos dêles para as hostes do rei de Calecut. Em Cochim Duarte Pacheco Pereira tinha ainda deixado a sua nau bem provida de munições e de artilharia, com 25 homens sob o comando de Diogo Pereira, e 39 homens na fortaleza sob o comando de Diogo Fernandes Correia. Duarte Pacheco Pereira e os seus homens partiram em 16 de março de 1504 para o passo do Cambalão, onde chegaram ainda no mesmo dia. O exército e a frota inimigas que os esperavam compunham-se de mais de 70.000 homens e de 160 barcos a remos. A batalha foi vitoriôsa para as fôrças portuguesas que, segundo os cronistas do século XVI, não sofreram uma única baixa, apenas alguns feridos... Verdadeiro milagre do Senhor, na sua opinião, pois o inimigo, em contrapartida, teve mais de 1.350 mortos, dos quais 350 eram personalidades importantes. Vendo que o rei de Calecut estava de momento em má situação para desencadear um novo ataque, Duarte Pacheco Pereira decidiu empreender algu-

mas incursões devastadoras nas terras de Cambalão. No dia de Páscoa, o rei de Calecut lançou um nôvo ataque, desta vez contra a nau que guardava Cochim, a fim de obrigar Duarte Pacheco Pereira, vindo socorrê-la, a abandonar o passo do Cambalão. Com efeito, êle veio em sua defesa com a caravela comandada por Diogo Pires e um esquife comandado por Cristovão Jusarte, dispersando os atacantes. Feito isto, volta ao passo do Cambalão justamente a tempo de impedir a invasão pelo inimigo. Uma vez mais a vitória sorria a Duarte Pacheco Pereira e aos seus homens: 290 baixas no campo do inimigo, nenhuma no campo português. Milagre do Senhor, dizem mais uma vez os cronistas. Terceiro ataque de Calecut contra o passo do Cambalão. Duarte Pacheco Pereira ensaia então uma nova tática: nenhum dos seus devia atirar, nem mostrar-se, enquanto êle não desse ordem. O inimigo aproximou-se até à distância de um lançamento de flecha, convencido de que os portugueses estavam aterrorizados pelo mêdo. Êstes no momento propício lançaram-se sôbre êles, com grande gritaria, e o inimigo surpreso fugiu em debandada, deixando no campo mais de 600 mortos. Duarte Pacheco Pereira perseguiu-os ainda com tiros de bombarda e, desembarcando lançou fogo a dois sítios sem encontrar resistência e ainda a um terceiro em que fêz muitos mortos, pondo em debandada os sobreviventes.

O rei de Calecut obstinado em prosseguir a luta com vistas à tomada de Cochim, decidiu mudar a via de acesso para o passo do Cambalão em vez do passo de Palinhar, cujo fundo era de tal maneira mau que nunca Duarte Pacheco Pereira poderia aí chegar com os seus navios. Mas Pacheco respondeu à manobra colocando navios no passo de Palurt e continuando com os esquifes até ao passo de Palinhar onde novamente obteve grande vitória sôbre o inimigo.

Nôvo assalto do rei de Calecut com milhares e milhares de homens, aos quais Duarte Pacheco Pereira não tinha para lhes fazer frente senão dois esquifes com 40 portugueses. A vitória, ainda que desta vez mais difficil, veio coroar o esforço dêstes, e Calecut acabou perdendo mais homens nesta batalha do que em tôdas as outras juntas. E mais uma vez, por milagre do Senhor, uma só baixa tiveram as forças comandadas por Duarte Pacheco Pereira! . . .

Renunciando à vitória sôbre os portugueses pelas armas, e seguindo o conselho do senhor de Repelim, o rei de Calecut decidiu envenenar a água em que os portugueses se aprovisionavam, e mesmo se possível os alimentos. Mas Duarte Pacheco Pereira prevenido, deu ordem para que nenhum dos seus bebesse água, fôsse ela do rio ou de qualquer poço, com exceção da água dos poços que êle fazia abrir diâriamente. Falhado êste plano, o rei de Calecut imaginou fa-

zer secretamente incendiar a cidade e atacá-la não sòmente com homens mas também com elefantes, serpentes de campainha, e pòs venenosos. Duarte Pacheco Pereira fugiu a êste nôvo perigo, mandando cavar fossos e trincheiras que ficavam cheias de água quando a maré baixava e que não era possível atravessar senão a nado. Desta vez o rei de Calecut sentiu-se tão desorientado que pensou em tentar capturar vivo Duarte Pacheco Pereira, para dêle se vingar. Mas uma epidemia tendo-se então declarado entre os seus homens, levou-o a adiar a execução dêste plano. Logo que a epidemia foi debelada, lançou nôvo ataque com uma nova arma: oito armações de madeira, muito sólidas, que a artilharia portugûesa teve dificuldades em destruir. No entanto, ainda que esta batalha tenha sido mais dura e mais cruél que tôdas as outras, o rei de Calecut foi de nôvo vencido com grandes baixas, ao contrário dos portugûeses que, uma vez mais, miraculosamente, não tiveram mortos, ainda que tenham tido muitos feridos.

Completamente desencorajado pelo insucesso dos seus ataques contra os portugûeses, o rei de Calecut tentou fazer assassinar à traição Duarte Pacheco Pereira, mas o *complot* foi descoberto a tempo e todos os comprometidos devidamente castigados.

Após o insucesso desta tentativa de assassínio, os cronistas relatam ainda muito brevemente duas emprêsas guerreiras de Calecut contra os portugûeses, em que êstes conheceram a habitual vitória, e até com menos baixas que nas anteriores. E assim, o rei de Calecut confessa-se vencido: no dia de São João deu ordem às suas tropas para abandonar o campo e êle próprio se retirou num Turcol para ali servir os seus Deuses, fazendo vida de religioso, e deixando a direção dos negócios do reino a um seu sobrinho chamado Naubeadarim. Teve ainda um último acesso de energia e chegou mesmo a abandonar o Turcol, quando a sua mãe, influenciada por alguns senhores, quis persuadí-lo a prosseguir a luta. Muito ràpidamente, no entanto, as suas esperanças se desvaneceram, porque os outros reis e senhores seus aliados já tinham começado negociações com Duarte Pacheco Pereira pedindo-lhe a paz, que entretanto lhe foi concedida pela vontade e o conselho do rei de Cochim.

As negociações de paz estavam ainda em curso, quando Rui de Araújo, da feitoria de Coulam, veio ao encôntro de Duarte Pacheco Pereira, trazendo cartas do feitor Antônio de Sá, em que êste anunciava que os mouros, confiantes na vitória de Calecut, tinham atacado Coulam, razão pela qual êle pedia ajuda, porque se não conseguisse derrotar os mouros ver-se-ia obrigado a abandonar Coulam e a vir refugiar-se em Cochim. Duarte Pacheco Pereira que não quis dali sair enquanto a paz não fòsse restabelecida, volta a Cochim em 3 de julho onde foi recebido com grandes manifestações de alegria.

Depois de ter contado ao rei de Cochim os acontecimentos de Coulam, ficou na fortaleza até 26 deste mesmo mês de julho de 1504, dia em que partiu na sua nau para Coulam, deixando a Pero Rafael, com o comando das caravelas e dos esquifes, a defesa de Cochim. Chegado a Coulam, deu-se conta que a elevada categoria social dos mouros culpados tornava a sua punição difícil. Contentou-se assim em lembrar-lhes a obrigação expressa no contrato que eles tinham com Afonso de Albuquerque, nos termos do qual eram obrigados a não deixar sair do pôrto nenhum gênero de especiarias, enquanto o feitor de Portugal não fôsse provido à sua vontade. Em consequência, alguns navios mouros que fundeavam no pôrto tiveram que entregar as suas cargas, assim como outros barcos que Duarte Pacheco Pereira encontrou no decurso de uma digressão que fez nos primeiros dias de setembro ao longo da costa do Malabar.

Quando Duarte Pacheco Pereira voltou a Cochim encontrou ali, chegada há pouco, em 14 de setembro, a frota de Lopo Soares de Alvarenga. Este tinha entretanto sido avisado de que em Cranganor, velha aliada de Calecut, um mouro chamado Maimame preparava-se para levar um exército ao ataque de Cochim, logo que os portugueses tivessem partido. Um corpo de 1.000 portugueses e 1.000 homens de Cochim foi então constituido, e o ataque a Cranganor, em que Duarte Pacheco Pereira participou pessoalmente, teve o mesmo fim dos anteriores, a vitória dos portugueses. A cidade foi incendiada, e as casas de mouros, pagãos e judeus frutuamente pilhadas.

Como nesta batalha o rei de Tanor tinha combatido ao lado dos portugueses, o rei de Calecut pensou em vingar-se, atacando-o isoladamente. Este, desesperado, pediu a ajuda de Lopo Soares de Alvarenga que, por seu lado, lhe enviou Pero Rafael com soldados portugueses. Depois, deram-se ainda diversos assaltos a naus mouras que as derrotas de Calecut tinham convencido da necessidade de fugir para Meca, e se dispunham a fazê-lo. E' nestes combates navais que é feita, pela última vez menção de Duarte Pacheco Pereira na Índia. E' também a primeira vez que se fala de baixas portuguesas — talvez porque o chefe supremo tinha deixado de ser Duarte Pacheco Pereira: 15 mortos, 127 feridos, contra 1.700 mortos que o inimigo teria sofrido.

Com grande contrariedade do rei de Cochim, estava decidido que Duarte Pacheco Pereira voltaria a Portugal na frota de Lopo Soares de Alvarenga. O rei quis então recompensá-lo, não só em dinheiro, como em joias e em terras que se propunha a dar-lhe do seu reino. Duarte Pacheco Pereira nada quis aceitar, alegando que não tinha feito mais que servir o seu rei e que era dêste que êle esperava recompensa. Vendo a impossibilidade de o convencer, o rei de Co-

chim acabou por lhe conferir um brasão de armas, no qual, segundo Fernão Lopes de Castanheda, estava escrito o que se segue (86):

“Iterama maratiuel vnirramacoul trimum: parti rey de Cochim senhor de Vaipim, & Darraul, & Charauaipil, & Narengate, Bramente mór, mediante os deoses tiuere pagode. Aos que esta minha carta virem faço saber que no ãno de mil & quinhentos & quatro, pela conta dos Christãos no mes de Março, el rey de Calicut veo sobre minha terra com toda a força & poder do Malabar com soberba indiuída cõtra vontade dos deoses pera me destruir minha terra & gente, por eu acolher & fauorecer os Portugueses que a meu porto arribarão, & lhe dar carrega pera suas naos, polo qual respeito os mais dos revs & senhores do Malabar me forão cõtrairos, & veo acompanhado de cinco revs de sua valia que erão, el rey de Tanor, el rev de Curlor, el rev de Cotogão, el rey de Benur, & ele camorim rey de Calicut cõ muytos Nambearris, & Caimais, & senhores de terras com muy grossa gente, no qual tempo eu não tinha nhu socorro somete ho dos deoses, por cuja graça & vontade me ficou hua pequena armada dos Portugueses: da qual era capitão Duarte pacheco pereyra fidalgo da casa del Rey de Portugal meu senhor & irmão, & com sua armada & gente soffreo ho dito Duarte pacheco muy grandes afrontas & perigos em muytos combates & pelejas que ouue com el rey de Calicut em passos & vaos de Cochim que lhe ele defendeo porque não entrasse em minha terra: & sete vezes foy cercado & cõbatido por el rey de Calicut e pessoa & por esses reys & senhores que coele erão, por terra & por os rios cõ grãdes frotas de nauios de remo: em es quaes combates & pelejas duas vezes ho vierão combater com oyto castelos de madeira armados nagoa sobre dous nauios rasos: cada castelo cõ bombardas grossas & muytos archeiros & espingardeyros, cõ toda outra frota da nauios de remo com muyta gete & artelharia em hus passes que ele por mim tinha no rio de Cochim: & ho dito Duarte pacheco cõ os seus ho desbaratou, & lhe ferio & matou muyta gente: & ouue dele a vitoria em todos os combates & pelejas que coele ouue, & cõ seus capitães & gente, & tres meses & meo esteue em guerra com el rey de Calicut nos passos de Cambalão, & Darraul, & Palurtre soffrendo muy grandes afrõtas fauorecendo meu partido: ajudando me a soster minha terra com mais risco de se perder a juyzo de todos, que de me poder socorrer nem saluarse assi mesmo, & por vontade & ajuda dos deoses fez ho dito Duarte pacheco tanto dãno a el rey de Calicut nesta guerra que ho não pode soffrer & lhe conueo aleuantarse com seu arrayal & irse cõ esses reys & senhores que ho ajudauão que estauão ja muy desbaratados & mingoados de credito, & tinham perdida muyta gente assi morta como ferida, em a qual guerra me ho dito Duarte pacheco tem feytos muy grandes & assinados seruiços: & no começo dela ele me prometeo de ir receber el rey de Calicut ao caminho no passo de Cambalão: & assi ho fez poendose em risco de se perder. E coisso & com as cousas que fez me segouou minha terra, as quaes cousas Duarte pacheco fez cõ sua gete & algua

pouca minha de que lhe tinha dado carregó, & muytas delas fez em minha presença, que eu mandey todas escreuer por pessoas autenticas, porque forão muy grandes segundo sua pouca força & ho grande poder del rey de Calicut: & a juyzo de todos os Malabares mais parecião suas cousas sere feytas por mão & fauor dos deoses, q por rezão nem força humana: & porq eu fuy muy bem socorrido & ajudado por ho dito Duarte pacheco & sua gente, & me tem feytos muy grandes & assinados seruiços nesta guerra, & defedeo a el rey de Calicut os passos, & vaos & entradas de Cochim, & me ajudou a defender minha terra questaua em condição de a perder se ele não fora, o q lhe não posso negar que forão seus feytos muy notorios & gerais em toda a India, ne lhe posso pagar seus grãdes seruiços como eles merece não querendo ele de mim tomar nada. Eu Iterama maratinquel vnirramacoul trimumpati rey de Cochi de meu proprio moto & liure vontade, & poder ausuluto: por memoria & sinal de seus feytos, & das afrôtas que por mim passou nesta guerra, & por honrra de sua pessoa, & dos q dele decenderem lhe dou ho dom q soube que os Portugueses tem por honrra, que ele se possa chamar dõ Duarte pacheco, & todos os q dele decenderem: & assi lhe dou por insinias & sinais de seus feytos & hõrra que nisso ganhou hu escudo vermelho por sinal do muyto sangue que derramou dos de Calicut nesta guerra, & dentro nele lhe dou cinco coroas douro em quina por cinco reys que nela desbaratou. E a bordadura deste escudo lhe dou branca com ondas azueis, & nela oyto castelos verdes de madeyra armados nagoa sobre dous nauios rasos cada castelo, por duas vezes que ho combaterão cõ estes oyto castelos & dambas os desbaratou: & doulhe sete bandeiras de pôta ao derredor deste escudo, tres vermelhas & duas brancas, & duas azueis por sete combates que lhe el rey de Calicut deu por sua pessoa, & em todos sete ho desbaratou, & por sete bãdeiras qu lhe tomou, das mesmas cores & feyção que abaixo irão: & doulhe hu elmo de prata aberto goarnecido douro & ho paquife douro & vermelho, & por timbre hu castelo do mesmo teor com hua bandeira vermelha de ponta nele: as quais insinias & armas ele poderia trazer mesturadas com as armas de sua linhagem, ou sem elas, ou como ele quiser cõ a dita bordadura ou sem ela, como lhe melhor parecer que eu de meu proprio moto & liure vontade, & poder ausuluto lhas dou como dito tenho cõ ho dom a ele & a todos os q dele decenderem por muy grãdes & assinados seruiços que me te feytos como acima he declarado: & perã sua goarda & minha lembrança lhe mandey ser feyta esta carta por mi assinada. Chericanda escriuão de sua fazeda a fez em Cochim, & foy terladada por mi Aluaro vaz escriuão da dita feytoria de Cochi & assinada por el rey de Cochi. Feyta e Cochi aos dous dias do mes Dagosto de mil & .cccciiij. ãnos”.

A frota de Lopo Soares de Alvarenga em que vinha Duarte Pacheco Pereira partiu para Cananor no dia 1 de janeiro de 1505. Chegou a Melinde no dia 1 de fevereiro. No dia 10 tomou o rumo

dê Moçambique, onde ficou 12 dias, chegando a Lisboa pelo dia 20 de junho ou 20 de julho de 1505 (87).

Na primeira quinta-feira após a chegada da frota, uma solene procissão percorreu o trajeto entre a Sé e o Mosteiro de São Domingos, em que D. Manuel participou tendo a seu lado Duarte Pacheco Pereira. Depois, o bispo de Vizeu, D. Diogo Ortiz (88), fêz no púlpito um discurso exaltando a ação de Duarte Pacheco Pereira na Índia, tendo esta cerimônia sido repetida por todo o país por ordem expressa do rei D. Manuel. Uma descrição semelhante, por escrito, foi enviada ao Papa por intermédio do bispo de Safim, no momento João Sutil, assim como a muitos reis e príncipes da Cristandade, com o objetivo de que feitos tão importantes fôssem conhecidos e celebrados.

Para terminar êste parágrafo da biografia de Duarte Pacheco Pereira, façamos um breve comentário ao relato dos cronistas do século XVI, particularmente ao de Damião de Góis que seguimos de mais perto.

Apercebemo-nos imediatamente do exagêro dos cronistas quando se trata do resultado dos combates entre os exércitos e as frotas do rei de Calecut e os portugueses sob o comando de Duarte Pacheco Pereira, em que, por milagre de Deus, nunca há mortos a lamentar. Ora, sabendo nós que o milagre de Deus se explica muito bem pela superioridade da artilharia empregada pelos portugueses, o que salta à vista é que há nestes cronistas uma nítida intenção de panegírico em relação a Duarte Pacheco Pereira. Panegírico que é a grande base da personagem quase lendária que êle se vai tornar mais tarde, quer

---

(86). — Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3a. ed. por Pedro de Azevedo, Coimbra, 1924; ver o Livro I, Capítulo LXXXVIII. Pode ver-se êste mesmo texto, mais resumido, em Damião de Góis, *Crónica del-Rei Dom Manuel*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1909, 1a. Parte, Cap. C.

(87). — A data indicada por Damião de Góis (*Crónica del-rei Dom Manuel*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1909, 1a. Parte, Cap. XCIX) é 22 de julho de 1505. Fernão Lopes de Castanheda (*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3a. ed. por Pedro de Azevedo, Coimbra, 1924, Livro I, Cap. XCVII) dá-nos, em vez de 22 de julho de 1505, 22 de junho de 1505. Gaspar Correia (*Lendas da Índia*, publicadas sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, 1858, *Armada de Lopo Soares que passou à Índia o ano de 1504*, Cap. VI) dá-nos a data de 20 de julho de 1505.

(88). — Ver sobre Dom Diogo Ortiz, ou Dom Diego Ortiz, os estudos de Guy Beaujourn: *Manuscrits scientifiques médiévaux de l'Université de Salamanque et de ses "colegios mayores"*, Bordeaux, 1962 (fasc. XXXII de la Bibliothèque de l'École des Hautes Études Hispaniques); *Science Livresque et Art Nautique au XVe. Siècle*, in *Les aspects internationaux de la découverte océanique aux XVe. et XVIe. siècles*, Actes du Cinqüième Colloque International d'Histoire Maritime, Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études, VIe. Section, S.E.V.P.E.N., Paris, 1966, ps. 74-75.

seja nas linhas imortais de Camões, quer seja mesmo, no século XVII, numa peça de teatro (89).

Mas, finalmente, o que se nos impõe, tendo mesmo em conta o exagêro do panegírico dos cronistas do século XVI, é que Duarte Pacheco Pereira foi, sem nenhuma dúvida, durante a sua estadia na Índia, um herói e um grande chefe militar (90).

\*

m. — *A redação do "Esmeraldo de situ orbis"*.

Logo que chegou a Lisboa Duarte Pacheco Pereira começa a redação do *Esmeraldo de situ orbis*. Deve ter trabalhado na sua obra, muito provavelmente, entre o mês de agosto de 1505 e os primeiros meses de 1508, data em que interrompe bruscamente a redação, deixando a obra inacabada (91).

Além do *Esmeraldo de situ orbis* e das notas marginaes à tradução espanhola, manuscrita, do *De Situ Orbis* de Pompônio Mela por Mestre João Faras (92), o único texto escrito que possuímos de Duarte Pacheco Pereira é uma carta a D. Manuel, cuja data não podemos precisar, mas que é certamente posterior à sua estadia no Oriente. Nesta carta, que transcrevemos, Duarte Pacheco Pereira faz uma justa reclamação em favor dos seus soldados da Índia:

"Senhor

a jente com qe Eu seruy vosa alteza na jndya depois qe me francisco dalboquer (qe) e afonso dalboquerqe deixaram // fycaram comjgo com condiã que do tempo de sua fycada ate sua tornada vencesem seu soldo todo por jnteiro posto que em outras naos vehesem // como francisco dalboquerqe e afonso dalboquerqe mos deixaram por seus asynados por determjnacam de majs vozes como lhe uosa alteza mandaua em seus Regymentos qe fezesem toda cousa de uoso serujço // porquanto doutra maneira nã qerya nyngem fycar e asy ficaram // comprindo mujto a uoso seruiço fazer se

(89). — Ver mais adiante o parágrafo sobre o seu antigo renome.

(90). — Ver ainda, sobre Duarte Pacheco Pereira na Índia: Afonso de Albuquerque (filho), *Commentarios do grande Afonso Dalboquerque capitão geral que foi das Indias Orientais em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome*, 1a. Parte, Lisboa, 1912, Cap. I, p. 6; Afonso de Albuquerque, *Cartas para el-rei D. Manuel I*, Seleccção, Prefácio e Notas de Antônio Balão, Lisboa, 1942, p. 235 (Carta de 11 de dezembro de 1514); *Catálogo dos Manuscritos da Antiga Livraria dos Marquezes de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marquezes de Penalba e pertencente à sua actual representante a Condessa de Tarouca*, Lisboa, 1898 (Prólogo -ps. V-XVI- por José d'Arriaga. No fim do Prólogo citam-se vários manuscritos desaparecidos, entre eles um que tinha como título: *Victórias de Duarte Pacheco nas partes da Índia* -p. XVI-).

(91). — Ver o Capítulo sobre a data de redação do *Esmeraldo*.

(92). — Ver o nosso estudo: *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no "Esmeraldo de situ orbis"*, Coleção da "Revista de História", São Paulo, 1968.

entam outra despesa mujto mayor da qe se fez de majs jente e navios // quanto majs esta qe Era muj pouco voso serujço em ser tam pegena em tudo // em soldos de jente e gastos e em armada // se a deus nã fezera grande com tanta vytoria por ser cousa uosa // vosa alteza sentyra cam pouco voso serujço Era // fycar Eu com tam pouca jente e tam mall fornecido como fyqey // e poys vos noso Senhor tanta vytoria qujs dar comygo e com mjnha jente na Indya // em a terdes tam sojeita e atormentada com as cousas qe nela tenho fectas // qe sois nela o majs temydo Rey do mundo e a qem todo abarrisco obedece // Como esta tam craro e manifesto // tendo noso Senhor tanto cuidado de uosas cousas em as ajudar e guardar como tam conhecidamente por mouros e jentios e judeus se vyo o tempo qe nela estyue e polos purtugeses qe la estauam // nã se deuya vosa alteza esqecer delas nem de seus serujços pois tam grandes e tam asynados foram // e os vos Senhor com tanta honrra proujcastes nesta çidade e em vosos Reinos // qejra vosa alteza agora mostrar algua maneyra de desagardeçimento na paga dos soldos desta jente qe uos tambem serujço sendo tam pouca com tanto trabalho e Risco de suas pesoas // e com tanto desejo de uos serujrem qe as vidas nã estymauam por jso como ho Eu afyrmo asy a uosa alteza qe os vy mujtas vezes nestes autos do primeiro dia qe francisco dalboqerqe pelejou na Indya e depois nas cousas qe ele e afonso dalboqerqe fizeram qe foram muj grandes // e em tudo qe Eu depois fys e asy no fazer do voso castelo de cochy em qe os Eu muj bem vy trabalhar // do quall tempo certo Senhor eles mereçiam mujto mjnho jornall qe mandar lhe vosa alteza pagar o soldo alguns dos qe se perderam com viçente scdre qe comjgo vem do tempo qe se perderam ate chegarem a esta çidade e asy a todolos outros qe comygo daqy foram que lhe nã qerem pagar por a mjnha nao fycar la e nã vyrem nela // qe se ma a mym nã deixaram trazer do qe Eu estou agrauado e doutras cousas // e ela la fycou qe culpa tem a mjnha jente pera lhe nã pagarem // os qe se veheram // qe eles nã Eram obrigados andar nela emquanto ela durase e majs fycando eles comjgo per aluara de francisco dalboqerqe e afonso dalboqerqe qe posto qe em outras naos vehesem ouuesem seu soldo todo por jnteiro // o quall vosa alteza já veria por dom martynho qe o tem // e porqe jsto Senhor lhe deueys por boa conciençia alem do mereçimento de seu serujço // ho digo asy a vossa alteza polo qe Eu deuo a uoso serujço

duarte pacheco  
pereyra" (93).

(*Continua*).

(93). — Arquivo Nacional da Torre do Tombo-Cartas dos Vice-Reis, maço único, nº 148. Esta carta foi transcrita por Raphael Eduardo de Azevedo Basto (*Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, ed. de 1892, ver *Documentos*, ps. XVIII-XIX) e Epiphânio da Silva Dias (*Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1903-1904, ps. 423-424. Esta edição foi publicada em volume em 1905).